



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANNE KELLY DO NASCIMENTO

**ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO CARMO DE
MIRANDA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

**JOÃO PESSOA
2015**

ANNE KELLY DO NASCIMENTO

**ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO CARMO DE
MIRANDA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação (Stricto Sensu), do Centro de Educação – CE, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, como um dos requisitos para a obtenção do título de mestre em educação.

Área de Concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: História da Educação.

Orientador: Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza

**JOÃO PESSOA
2015**

N244e Nascimento, Anne Kelly do.
Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de
Miranda: formação de professores / Anne Kelly do
Nascimento.- João Pessoa, 2015.
115f. : il.
Orientador: Wojciech Andrzej Kulesza
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE
1. Educação. 2. História da educação. 3. Escola normal.
4. Formação docente. 5. Instituições escolares.

UFPB/BC

CDU: 37(043)

ANNE KELLY DO NASCIMENTO

**ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFESSORA MARIA DO CARMO DE
MIRANDA: FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Dissertação defendida e aprovada em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza
Orientador – PPGE - UFPB

Prof^a. Dr^a. Maria Lúcia da Silva Nunes
Membro – PPGE - UFPB

Prof. Dr. Carlos Augusto de Amorim Cardoso
Membro - UFPB

Dedico este trabalho, primeiramente, a Deus, responsável por tudo que sou e que tenho. À minha querida e amável tia, Valdete Pereira de Lima, ser humano digno e exemplar que sempre me apoiou nas horas mais difíceis, que sempre fez tudo por mim, incentivando meu crescimento como pessoa e como profissional. Obrigada por todo amor, dedicação e carinho.

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta Dissertação só foi possível porque tive o apoio e o auxílio de várias pessoas, e instituições escolares, por isso, faço questão de expor minha gratidão para com todos que me auxiliaram no decorrer deste grande desafio.

Agradeço a Deus, digno de toda honra e toda glória, que não me deixou desistir, que se fez presente em todos os momentos difíceis até aqui, nas angústias, nas dificuldades. Obrigada por suprir minhas forças, renovar minhas energias e revigorar meu ânimo, acalmando sempre meu coração nos momentos mais tensos. Obrigada, meu Deus.

À minha tia-mãe Valdete Pereira de Lima, por sempre me acolher como filha, por ter feito de tudo para que eu tivesse uma vida mais digna, por todo esforço para que eu prosseguisse na vida escolar e acadêmica. Vibrando com cada conquista minha. Enfim, por todas as vezes que precisei do seu colo, por todo incentivo e apoio. Agradeço demais todo exemplo que me deste, de caráter, simplicidade, força e garra. Obrigada por tudo.

Ao meu marido José Francisco da Silva Júnior por todo apoio, incentivo e compreensão junto aos momentos de dedicação à conclusão do presente estudo. Agradeço demais sua companhia nos momentos de angústia e ansiedade. Sua ajuda foi primordial para com esta conquista. A cada momento de renúncia, você esteve ao meu lado, mesmo sem fazer parte desse mundo acadêmico. Minha sincera gratidão.

À minha tia Rossicléa, por todo carinho, incentivo e paciência para comigo nos momentos em que eu precisei me ausentar para me dedicar a este trabalho. Muito obrigada, és um exemplo pra mim.

Aos meus priminhos Larissa Suellen e Artur Henrique pelos momentos de alegria, descontração e carinho que vocês me deram durante todo o percurso do Mestrado. Com certeza, vocês tornaram meus dias mais leves e coloridos. Obrigada meus amores.

À Priscilla Leandro, que esteve ao meu lado durante toda a graduação e nosso laço de amizade prevaleceu e se fez presente mais uma vez durante todo o meu Mestrado. Não tenho palavras para agradecer tamanha dedicação e gentileza me auxiliando desde a elaboração do Projeto até as considerações finais da

Dissertação, sempre me incentivando, apoiando-me. Obrigada por todas as discussões teóricas que me auxiliaram bastante na construção do meu trabalho. Não há palavras que expressem minha gratidão. Obrigada por tudo, minha amiga. Agradeço a Deus por ter me presenteado com sua amizade.

Ao meu amigo Carlos Moura, que enquanto mestrando abdicou seu tempo para discutir teorias comigo, para me orientar junto ao Projeto de Mestrado. Quero agradecer pelo apoio que só encontramos em amizades sinceras. Obrigada pelo incentivo desde a época das carteiras de estudantes até os dias hodiernos.

Ao meu amigo Fagner Potter, meu irmão de alma que sempre me incentivou, apoiou e ofereceu seu ombro amigo. Nossa amizade é sincera e gratificante. Sua companhia foi primordial nos momentos em que me vi angustiada e ansiosa. Obrigada por tudo, meu irmão, saiba que você faz parte de cada conquista que consigo. Sou muito grata mesmo. Deus te abençoe sempre. Amigos em todas as ocasiões, desde sempre e para sempre.

Aos amigos da Turma 33, agradeço por ter feito parte de uma turma tão preparada, tão guerreira, com tantas histórias de superação e vontade de aprender. Conheci muitas pessoas interessantes que levarei para sempre em minha memória, em meu coração.

Aos amigos do grupo Caminhos do Vinho, por compartilhar comigo momentos de alegria, angústias, risadas e reuniões tão agradáveis e gratificantes durante o primeiro ano do Mestrado. Obrigada.

Às colegas de turma, Ingrid Biserra, Silvânia, Priscila Canuto e Micaela Ferreira pelas conversas, pelas risadas gostosas durante os intervalos das aulas e por todo o apoio de sempre. Sucesso, meninas.

A todos os funcionários e gestores da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda, por me receberem tão bem na época da coleta de dados. Sobretudo, aos funcionários da secretaria, em especial Fabiana Pereira dos Santos, obrigada por tornar minhas manhãs de pesquisas mais alegres e agradáveis, você é iluminada e super competente.

Ao funcionário mais antigo da secretaria, José Severo de Sousa Filho, obrigada por sua recepção amigável, por todas as informações que forneceu no que concerne à dinâmica de funcionamento da referida instituição e pelo apoio para com a análise dos documentos escolares.

Às gestoras da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda Rosélia Maria do E. Seixas e Maria Airan César pela acolhida, pela confiança e pelo respeito para comigo. Pela disponibilidade para com a pesquisa, pelo material cedido, meus sinceros agradecimentos.

Cursar um Mestrado e trabalhar em duas escolas não é nada fácil. Agradeço demais aos gestores de todas as escolas em que trabalhei durante o curso. A começar pelo Instituto Santos Dumont, escola que em trabalhei até ingressar no Mestrado, obrigada pela compreensão nas tardes que me ausentei para me dedicar à Seleção do Curso, aprendi muito com vocês.

À gestão da Damásio Barbosa da França, escola municipal em que trabalho há cinco anos, a qual sempre me incentivou, apoiou e compreendeu desde a época da Seleção até os dias hodiernos. Meus sinceros agradecimentos a todos os colegas de trabalho, pelo carinho e respeito para comigo.

À supervisora do Altimar Pimentel, escola em que trabalhei no município de Cabedelo; Lanna Doris, que na época da qualificação da minha Dissertação foi super compreensível e generosa para comigo. Agradeço a Deus a oportunidade de ter trabalhado ao lado de alguém tão especial.

Ao meu orientador Professor Drº Wojciech Andrzej Kulesza (Tec) pelo apoio, incentivo e paciência para comigo, serei sempre grata por tudo, por todas as sugestões que foram primordiais para concretização dessa Dissertação.

À professora Drª. Maria Lúcia da Silva Nunes, por ter aceitado o convite para participar da banca, suas sugestões contribuíram bastante para o enriquecimento desse trabalho.

Ao professor Drº Carlos Augusto Amorim Cardoso, por ter aceitado participar da banca de qualificação e defesa e pelas importantes contribuições nesse trabalho.

Enfim, a todos que confiaram em mim, esse incentivo foi primordial para a conclusão deste trabalho.

Compreende-se a institucionalização da formação de professores como um elemento fundante do exercício profissional do magistério uma vez que, no contexto da sua criação, a Escola Normal se mostrou portadora de valores, normas e conhecimentos que, ao mesmo tempo, em que representavam um papel importante na valorização socioeconômica do magistério, expressavam formas de controle social.

(VILLELA, 2000)

RESUMO

O presente estudo se inscreve no campo da História da Educação, mais especificamente no âmbito das instituições escolares, bem como também a formação docente. É o resultado de uma investigação acerca da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda. A referida instituição escolar foi o objeto e o lócus deste trabalho, com ênfase em sua criação, funcionamento, bem como o perfil dos seus alunos no decorrer do recorte temporal de 1986 a 2000. Tal recorte temporal tem como referência, o ano de criação da referida escola, e o segundo, se dá após quatro anos da publicação da Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 9394/96 que causou um grande fervor nos professores do ensino básico com sua indicação do ensino em Nível Superior como o ideal para professores que atuavam em nas primeiras séries do ensino fundamental. O objetivo principal do texto foi contribuir na construção da história da referida instituição responsável pela formação de muitos professores na região metropolitana de João Pessoa. Para tanto, trabalhamos com fontes documentais, a saber: os documentos escolares contidos no arquivo escolar da Instituição, além das leis, decretos, fotografias entre outras, bem como a análise bibliográfica acerca do tema. Destarte, acreditamos que a Escola acima citada foi bastante relevante para a formação docente de muitos professores, desempenhando seu papel num período de redemocratização do país e enfrentando as diversas crises e mudanças que ocorreram no cenário educacional do país.

PALAVRAS-CHAVE: Escola Normal. Formação Docente. Instituições Escolares.

ABSTRACT

This study belongs to the field of History of Education, specifically in the context of educational institutions as well as teacher training/education. It is the result of an investigation into the State Normal School Teacher Maria do Carmo Miranda. This educational institution was the object and the *locus* of this work, with an emphasis on its establishment, operation as well as the profile of its students during the time frame 1986-2000. This time frame is referenced firstly, to the year of creation of the school and secondly, it takes place four years after the publication of the Guidelines and Framework Law (LDB) No. 9394/96 that caused a fervor among primary school teachers with its statement of having a Higher Education as ideal for teachers who worked in the early grades of elementary school. The main purpose of the paper was to contribute to the construction of the history of the institution which was responsible for training many teachers in the metropolitan area of João Pessoa. We therefore worked with documentary sources, for instance: school documents in the school file of the institution, besides laws, decrees, photographs, among others, as well as the literature review on the topic. Thus, we believe that the school aforementioned was very relevant for the education of many teachers, playing its role during Brazil's redemocratization period and facing several crises and changes that have occurred in the educational scenario of the country.

KEY WORDS: Normal School. Teacher Education. Educational Institutions.

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1 - Mulheres que fizeram parte do quadro docente.....	54
Figura 2 - Diploma (Frente).....	68
Figura 3 - Diploma (Verso).....	68
Figura 4 - Arquivo da Escola Normal Estadual Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	70
Figura 5 - Ficha Individual do aluno.....	71
Figura 6 - Porta do Arquivo da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda.....	72
Figura 7 - Fachada da Escola Normal Estadual Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	82
Figura 8 - Professora Maria do Carmo de Miranda.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Procedência escolar dos alunos.....	73
Tabela 2 - Dados sobre os números de alunos matriculados no curso normal oriundos de escolas de ensino médio.....	74
Tabela 3 - Referente à idade dos alunos.....	76
Tabela 4 - Diferença do número de mulheres e homens no curso normal.	77
Tabela 5 - Número de alunos matriculados no na Escola Normal Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	78
Tabela 6 - Alunos matriculados no ano de 1992 na Escola Normal Estadual Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	78
Tabela 7 - Número de alunos matriculados no ano de 1996 na Escola Normal Estadual Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	79
Tabela 8 - Número de alunos matriculados no ano de 2000 na Escola Estadual Prof ^a Maria do Carmo de Miranda.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Procedência escolar dos alunos matriculados durante os anos de 1986 a 2000 na Escola Normal Professora Maria do Carmo de Miranda.....	73
Gráfico 2 - Demonstração do percentual acerca da idade dos alunos.....	75
Gráfico 3 - Percentual de homens e mulheres no Curso Normal.....	76

LISTA DE SIGLAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
HEM	Habilitação Específica para o Magistério de 1º Grau
MEC	Ministério da Saúde e Cultura
CFE	Conselho Federal da Educação
CEFAM	Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério
CNE	Conselho Nacional de Educação
CES	Coeficiente de Equiparação Salarial
IEP	Instituto de Educação da Paraíba

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A - Decreto de Criação da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba (no final da página, do lado direito) nº 11.256 de 04 de março de 1986.....	101
ANEXO B - Mapa da estrutura física da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.	102
ANEXO C - Requerimento para o reconhecimento do Curso de Magistério da Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira.....	106
ANEXO D - Parecer nº 87/92 de Solicitação de Mudança de nome de Ministro Pereira Lira para Maria do Carmo de Miranda.....	109
ANEXO E - Aprovação do Parecer nº 87/92 que autoriza a mudança de nome de Ministro Pereira Lira para Maria do Carmo de Miranda.....	110
ANEXO F - Parecer nº 02/93 de colicitação de reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.....	111
ANEXO G - Aprovação do Parecer nº 02/93 que reconhece a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.....	113
ANEXO H - Resolução nº 02/93 de reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.	114

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – DAS PRIMEIRAS IDEIAS À CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	17
1.1 O OBJETO, A PERIODIZAÇÃO E OS OBJETIVOS	17
1.2 NOSSAS FONTES NO ARQUIVO ESCOLAR	23
CAPÍTULO 2 – BREVE REFLEXÃO SOBRE A ESCOLA NORMAL NO BRASIL	35
2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL	35
2.2 A MULHER NO CURSO NORMAL	54
2.3 O CURSO NORMAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE	61
CAPÍTULO 3 – ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROF^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA	70
3.1 DO CAMPO DE PESQUISA À ANÁLISE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR	70
3.2 DE ESCOLA NORMAL ESTADUAL MINISTRO PEREIRA LIRA À ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROF ^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA	80
3.3 OS ALUNOS DA ESCOLA NORMAL PROF ^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA	86
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS E FONTES.....	96
ANEXOS.....	100

CAPÍTULO 1 - DAS PRIMEIRAS IDEIAS À CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1 O OBJETO, A PERIODIZAÇÃO E OS OBJETIVOS

*Quem elegeu a busca, não pode recusar a travessia.
Guimarães Rosa*

Esta pesquisa está inserida no campo da História da Educação Brasileira, com prioridade para as Instituições Escolares. É um estudo da linha de pesquisa: História da Educação, na área de Concentração em Educação do Programa de Pós Graduação da Universidade Federal da Paraíba, cujo objeto de investigação está voltado para contribuir com a construção da história da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda, que está localizada na Avenida João L. Ribeiro de Moraes, no bairro de Jaguaribe em João Pessoa, Paraíba.

A iniciativa de estudarmos essa temática surgiu a partir de reflexões realizadas durante o curso de Pedagogia, quando das discussões calorosas acerca do debate em torno da extinção do ensino normal, em detrimento do desenvolvimento do ensino superior em Pedagogia. Esse entrave rememorou ao tempo quando cursei magistério e toda a prática educativa própria das escolas normais, mais amplamente direcionada para o pragmatismo docente, bem como, quando cursei as disciplinas de Ensino de História e Geografia I e II, no curso de Pedagogia, ministradas pelos professores Antônio Carlos Ferreira Pinheiro e Maria Adailza Martins de Albuquerque. Ambos vinculados à referida linha no PPGE, os quais sempre estimularam, em suas aulas e atividades, o desejo de produzir conhecimento histórico acerca da educação na Paraíba.

Os motivos responsáveis, pessoais e profissionais, referentes à escolha do tema, surgiram no meu percurso histórico enquanto docente em 2001, quando ingressei formalmente na profissão de professora, dois anos depois de concluir o Magistério, (digo formalmente, porque comecei lecionando aulas particulares nas residências dos alunos). Meu¹ primeiro desafio ocorreu em uma Escola privada na cidade de João Pessoa com crianças da 2ª série, hoje denominada de 3º ano do Ensino Fundamental I. A primeira experiência profissional regulamentada foi um

¹ É importante ressaltar que foi necessário conduzir a escrita em primeira pessoa do singular, uma vez que me reporto à minha experiência pessoal com o objeto de estudo, bem como discuto em torno da minha trajetória profissional e enquanto pesquisadora.

passo profícuo para o meu crescimento profissional e intelectual, sendo este o *lócus* dos primeiros questionamentos, quais sejam: Será que estou realmente preparada para exercer tal cargo? Será que o Curso Normal realmente me preparou para tal função? É importante frisar que o Curso do Magistério estava um pouco distante da minha realidade enquanto docente na sala de aula, uma vez que, erroneamente, acreditei que apenas o professor poderia ser detentor do conhecimento e capaz de transmiti-lo ao aluno, que poderia dominar aquele espaço com as crianças através dos livros e exercícios. No entanto, as mesmas me fizeram acreditar que eu também poderia aprender muito com elas, eram crianças criativas e com experiências significantes que me levaram a perceber a minha condição de eterna aprendiz. Todas essas vivências me instigaram a ingressar no Curso Superior em Pedagogia, mas só concretizei meus planos depois de alguns anos lecionando, com a perspectiva de encontrar uma articulação entre a teoria e a prática e crescer como profissional.

Nesse ínterim, a experiência enquanto aluna de um curso normal me instigou a investigar mais detidamente de que forma ocorria a formação de professores nessas instituições escolares, mais especificamente na instituição da qual fiz parte, na condição de aluna, durante três anos, a saber: Escola Normal Professora Maria do Carmo de Miranda, situada no bairro de Jaguaribe, na cidade de João Pessoa. Sendo assim, trazendo à memória a minha vivência naquela escola, questionei-me se havia algum estudo histórico-educacional sobre ela. Em meio a algumas pesquisas, percebi a lacuna ainda existente no que concerne ao estudo dessa instituição voltada para o magistério paraibano.

Algumas inquietações fazem parte da minha vida profissional e acadêmica, desde que cursei o Magistério na referida Instituição me deparei com algumas questões acerca da decadência do Curso Normal, devido à desvalorização da profissão e à exigência do Curso de Graduação em Pedagogia para lecionar no Ensino Fundamental e Educação Infantil. Houve uma diminuição de ingressos no Magistério, fomentando um perceptível declínio no índice de graduandas em Pedagogia que cursaram o Ensino Médio na Modalidade Normal. Por isso, analisaremos algumas turmas da Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda para tentar discutir acerca dessas inquietações. Sendo assim, almejando realizar uma pesquisa relevante que fosse significativa para a história dos estudos educacionais do estado da Paraíba, debruçamo-nos na pesquisa dessa Instituição

Escolar, responsável pela formação de professores para atuar no ensino primário na capital paraibana.

Nesse sentido, temos como objetivo geral desta pesquisa contribuir na construção da história da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda no que se refere à formação de professores da cidade de João Pessoa. Para corroborar com a nossa intenção nesta pesquisa, valemo-nos da ideia de Sanfelice (2007), quando discute acerca da importância de tomar a instituição escolar como objetivo de investigação, independente do grau de relevância na sociedade, uma vez que cada instituição, embora inserida num contexto mais amplo, apresenta uma história e responde aos diversos determinantes de forma peculiar. Nesse sentido, percebemos que, mesmo não sendo uma instituição de elevado destaque na capital, a referida escola exerceu influência sobre a sociedade paraibana da época, bem como foi influenciada por ela, construindo, assim, sua história peculiar.

Para atingir nosso objetivo geral, elencamos os seguintes objetivos específicos: Investigar a importância da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda na formação de muitos professores pessoenses; Descobrir os estabelecimentos de procedência dos alunos, de onde os mesmos vieram, se antes do Curso de Magistério ou mesmo já tinham cursado o Ensino Médio ou eram oriundos de instituições do Ensino Fundamental; Identificar a idade dos futuros professores, se já trabalhavam ou almejavam um emprego através do curso; Verificar a quantidade de homens e mulheres para descobrirmos o perfil dos alunos da referida instituição escolar; e, por fim, constatar a queda na matrícula do Curso do Magistério ou não dentro do recorte temporal.

Nosso recorte temporal, de 1986 a 2000, contempla os anos de abertura e reconhecimento da Escola sob a denominação de Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira², criada pelo Decreto nº 11.261, de 04 de março de 1986. Para fecharmos o marco temporal, selecionamos o ano de 2000 por se tratar de um período de efervescência no que tange a formação de professores no Brasil, após quatro anos da promulgação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação

² No ano de sua abertura, em 1986, a referida instituição recebeu o nome de Ministro Pereira Lira em homenagem ao Mestre Paraibano e Professor José Pereira Lira, nascido no município de Santa Rita, em 23 de agosto de 1889 e falecido em Brasília, a 31 de maio de 1955. Em 1992, a escola mudou de nome em homenagem à professora Maria do Carmo de Miranda, que participou da criação da escola, onde atravessou grandes dificuldades, permanecendo e lutando pela escola até o dia da sua morte.

Nacional (LDB) - Lei 9394/96, na qual em seu Título VI, no Art. 62, sugere que os professores, para atuar nas primeiras séries do Ensino Fundamental preferencialmente, teriam que ter formação com Curso Superior.

Art. 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (BRASIL, LDB, p.22)

Com esta lei, amplia-se a exigência para a formação do professor, sugerindo-se que a melhoria da qualidade de ensino viria com a formação de todo o professorado em ensino superior.

Tanuri (2000) afirma que a Lei (9.394/96) elevou a formação do professor das séries iniciais ao nível superior, estabelecendo que ela se daria em universidades e em institutos superiores em educação. Os tradicionais cursos normais em nível médio foram apenas admitidos como formação mínima (Art. 62) e por um período transitório, até o final da década da educação (ano de 2007). A referida autora, ainda acrescenta que:

Assim, no momento em que a escola normal é elevada a nível superior, em que se discute o lócus de formação de professores (Universidades versus Institutos Superiores em Educação) e em que se questionam o projeto pedagógico e os saberes que estão implicados nessa formação, são de suma importância o resgate e a construção histórica, na expectativa de que ela possa oferecer subsídios que possibilitem a melhor compreensão da problemática da escola normal e das questões atuais sobre a formação do professor (2000, p.61).

Vale lembrar que nosso recorte temporal inicia-se em um momento profícuo da nossa história, uma vez que, em 1986, o país estava tomando um novo rumo. Trata-se de uma época de reabertura política depois de uma fase bastante hostil politicamente e socialmente falando, onde:

Diferentemente do Regime Militar, os tempos de transição, como a própria expressão sugere, não tem contornos definidos. O retorno à democracia no Brasil, não se dá por simples outorga ou concessão dos militares. Trata-se de uma conquista lenta, forjada no território dos movimentos sociais, iniciados desde o final da década de 70, com as greves dos metalúrgicos do ABC paulista (1978) e outras

lutas políticas pelo direito a uma cidadania plena (VIEIRA; FARIAS, 2011, p. 172).

Nesse cenário de reabertura política, a sociedade brasileira lentamente se libertava de vinte anos de ditadura militar³, regime duro e autoritário que influenciou e prejudicou até a educação brasileira por meio de algumas Reformas Educacionais.

Dessa forma, foi fundada a Escola Normal Ministro Pereira Lira, num período de transição de abertura política, respirando novos ares, ares de liberdade, em que o simples ato de expressão popular poderia voltar a fazer parte da sociedade brasileira.

O processo de redemocratização do país ainda caminhava em passos lentos, porém, alguns direitos democráticos estavam sendo garantidos, por exemplo, pelo voto democrático, liberdade de expressão. Nos dias hodiernos, podemos demonstrar o que pensamos, podemos protestar, podemos ir às ruas reivindicar nossos direitos, que, até 1985, esse tipo de comportamento era brutalmente repreendido.

Nesse sentido, investigar esse período histórico faz-se relevante, uma vez que pesquisar é trilhar novos caminhos e novos saberes que possam auxiliar no que diz respeito à concretização de mudanças proeminentes no espaço educacional, favorecendo a construção da história das instituições educativas nos aspectos pedagógicos e políticos.

No transcorrer da pesquisa, dialogamos com Sanfelice (2007), Magalhães (2004), Saviani (2007), entre outros, na abordagem da História das Instituições Escolares. Com estudos de Monarcha (1999), Kulesza (1998), Araújo (2008), Novaes (1984), Balão (2011), entre outros, acerca da história da Escola Normal.

Partindo da abordagem da História das Instituições Escolares, fazemos empréstimo do pensamento de Magalhães quando afirma que:

³ Ditadura Militar é uma forma de governo cujos poderes políticos são controlados por militares. O significado de Ditadura se refere a qualquer regime de governo em que todos os poderes estão sob autoridade de um indivíduo ou um grupo. No caso de uma ditadura formada por militares, estes chegam ao poder, quase sempre através de um golpe de estado. Um golpe de estado liderado por militares significa que um governo legítimo é derrubado com o apoio de forças de segurança. Algumas ditaduras militares que não conseguem apoio popular são marcadas pela crueldade e pela falta de respeito aos Direitos Humanos nas perseguições aos defensores da oposição. No Brasil, o regime militar durou mais de vinte anos (entre 1964 e 1985). No dia 1 de abril de 1964, o governo de João Goulart (após renúncia do presidente Jânio Quadros) foi deposto, e o regime militar teve início alguns dias depois. O fim da Ditadura Militar no Brasil aconteceu em 1985, sendo João Figueiredo o último presidente deste período.

[...] as instituições educativas como os grupos sociais e como as pessoas angustiam, pensam, tomam decisões, analisando o presente na sua complexidade e no jogo de probabilidades de desenvolvimento, perspectivando o futuro e inquirindo, fazendo balanço, atualizando seu próprio passado. (MAGALHÃES, 2004, p.71).

Ainda dialogando com Magalhães, no terceiro capítulo do livro “Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas” (2004), o autor apresenta um pensamento mais detido sobre a instituição escolar e tece alguns comentários acerca das instituições educativas. Segundo o mesmo,

As instituições educativas são organismos vivos, cuja integração numa política normativa e numa estrutura educativa de dimensão nacional e internacional é fator de conflito entre os campos de liberdade, criatividade, sentido crítico e autonomização dos atores e o normativismo burocrático e político ideológico estruturante (MAGALHÃES, 2004, p.124).

Acreditamos que, assim como os grupos sociais e as pessoas, as instituições escolares interagem entre si e com os outros, tomam decisões, analisam o seu passado, transmitem e recebem cultura escolar numa interação política e crítica. As mesmas possuem uma identidade histórica.

Nesse contexto, percebemos que os estudos sobre instituições escolares têm ganhado espaço nas produções historiográficas. Ao elencar os motivos que nos levaram a escolher o estudo de uma instituição escolar, valemo-nos das ideias de Saviani (2007) que discorre acerca da reconstrução histórica das instituições escolares no Brasil. O mesmo sugere um estudo mais detalhado, que pode ter desenvolvimento através das pesquisas realizadas no Brasil, com estudos referentes aos tipos de instituições escolares. Saviani ainda destaca que:

[...] a instituição apresenta-se como uma estrutura material que é constituída para atender a determinada necessidade humana, mas não qualquer necessidade. Trata-se da necessidade de caráter permanente. Por isso que a instituição é criada para permanecer (SAVIANI, 2007, p. 4).

As instituições não se concretizam como algo pronto, acabado. Mas, são criadas como unidades de ação, segundo o autor supracitado, as mesmas são necessariamente sociais tanto na origem, como no funcionamento, uma vez que travam relações entre si e com a sociedade em que as mesmas estão inseridas.

Para Sanfelice (2007), quando se toma a decisão de pesquisar uma instituição escolar, inicialmente, deveremos explorar a temporalidade, deveremos investigar se as instituições existiram e acabaram ou as mesmas continuam existindo até os dias hodiernos? Se não existem mais, deveremos trabalhar com uma história só do passado, se ainda existem, podemos optar por uma história só do passado, ou do passado e do presente. Porém, o que ocorre de fato em ambas situações é que, muito frequentemente, acabamos priorizando um determinado recorte da história da referida instituição em detrimento de outros. O autor também nos chama a atenção para que, quando nos determos em pesquisar uma instituição, não devemos focar nossos olhos somente do lado de dentro do muro, uma vez que se faz necessário olhar atentamente para seu entorno.

Ainda para Sanfelice (2008), produzir o estudo da história das instituições escolares tornou-se uma prática bastante comum entre os historiadores da educação mais recentes. Já se somam às centenas os trabalhos que se abrigam sob este tema de investigação.

[...] as observações acima não me impedem de constatar que o tema “história das instituições escolares”, no sentido em que aponte, está na moda, entre outros. Isso significa dizer que o tema tem bons espaços nas áreas acadêmicas, nas agências e nas editoras, por exemplo. Sem nenhum pudor, tenho orientado vários trabalhos, desde os de conclusão de curso (TCC), de mestrado ou mesmo de doutorado, especificamente tratando do tema em pauta. (SANFELICE, 2008, p.13)

Como já foi dito anteriormente, nosso objeto de estudo trata-se da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda. Para entendermos a história mais particular dessa instituição, foi necessário aprofundarmos a discussão com base na evolução histórica das escolas normais do Brasil, debate que nos deteremos no subitem que se segue.

1.2 NOSSAS FONTES NO ARQUIVO ESCOLAR

Fonte é uma palavra que apresenta, via de regra, duas conotações. Por um lado, significa o ponto de origem, o lugar de onde brota algo que se projeta e se desenvolve indefinidamente e inesgotavelmente. Por outro lado, indica a base, o ponto de apoio, o repositório dos elementos que definem os fenômenos cujas características compreender. Além disso, a palavra fonte, também pode se referir a algo que brota espontaneamente, “naturalmente” e a algo que é construído artificialmente. Como ponto de origem, fonte é sinônimo

de nascente que corresponde também a manancial o qual, entretanto, no plural, já se liga a um repositório abundante de elementos que atendem a determinada necessidade.

Saviani (2006, p.28)

Neste capítulo, apresentaremos a trajetória da nossa pesquisa nos aspectos metodológicos bem como as fontes que foram utilizadas para a realização da mesma, compreendendo a relevância do trabalho científico para uma melhor compreensão da realidade educacional.

Antes de adentrarmos de fato no transcorrer da nossa caminhada, no que concerne à busca das fontes e à forma metodológica, é mister discorrermos acerca do que são consideradas fontes documentais para a historiografia da educação em se tratando da história de uma instituição escolar, a saber: Escola Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

Segundo Saviani (2006), as fontes se constituem como base de apoio nas construções historiográficas, é o ponto de partida na reconstrução do objeto histórico estudado, porém, as mesmas não são as fontes da história. Não é delas que nasce a história, mas é através delas que se apoia o conhecimento que produzimos acerca da história.

Contudo, para Nunes (2006), a construção das fontes históricas está nas mãos do historiador, uma vez que, mesmo se tratando de documentos escritos, a responsabilidade de transformar em fontes é do historiador, que lançará mão deles para dar forma própria, original.

Ainda segundo Nunes, as fontes podem ser classificadas em primárias, quando determinadas informações são acessadas pela primeira vez ou quando se recorre a documentos originais e autênticos, e secundárias, quando se tem acesso mediante outra obra, autor ou pessoa, ou quando se faz a revisão de literatura a que se quer estudar, a que se apreendem várias informações que desconheciam ou eram pouco divulgadas.

Acreditamos que a nossa pesquisa utilizou os dois tipos de fontes, na medida em que lançamos mãos de documentos originais e autênticos e secundários também devido a revisões bibliográficas acerca do tema “instituições escolares”, a respeito das quais pudemos ler livros, dissertações e teses que discorriam acerca da escola normal e as leis que configuraram a mesma desde sua gênese até o fim do nosso marco temporal. Em relação à revisão bibliográfica, Nunes aponta que:

[...] Depois, uma ampla pesquisa bibliográfica, ou revisão da literatura, levantando tudo que se possa encontrar, que já tinha sido estudado, pesquisado ou escrito sobre o tema, o local e o tempo do que se pesquisa. Aqui usaremos amplamente o que se chama de fontes secundárias, ou seja, aquelas produzidas por outros pesquisadores, ou estudiosos anteriores que, utilizando as fontes de que se dispunham, resolveram escrever sobre o assunto (NUNES, 2006, p. 195).

A revisão bibliográfica foi o primeiro passo para a nossa construção de fontes. Pudemos ler obras referentes à escola normal que nos auxiliaram muito no enriquecimento do conhecimento acerca dessa instituição que exerceu um papel significativo e necessário na formação de professores. Dentre elas, podemos citar os textos de Kulesza (1998) sobre a Institucionalização da Escola Normal no Brasil, e Kulesza (2008), no que se refere à formação histórica da Escola Normal da Paraíba, o qual analisou o processo de implantação do ensino normal no século XIX na Paraíba, bem como os conflitos existentes entre o funcionamento do Liceu Paraibano e a implantação da Escola Normal, contribuindo para o nosso entendimento sobre a implantação e de como surgiu a primeira escola normal do estado da Paraíba.

Dentre alguns livros que utilizamos para realizar a revisão de literatura para composição da nossa Dissertação, está o livro intitulado “As escolas normais no Brasil: do Império à República” o mesmo reúne 31 pesquisadores, todos eles dedicados à pesquisa acerca da formação de professores. O referido livro traz uma imensa contribuição para o nosso trabalho, bem como para os estudos da educação brasileira de modo geral, sobretudo, no que diz respeito à história das instituições escolares. Os organizadores desta obra são José Carlos Souza Araújo, Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas e Antônio de Pádua Carvalho Lopes, os quais contam com a colaboração de relevantes pesquisadores, a exemplo de Demerval Saviani (2008), Villela (2008) que discorrem acerca da primeira escola normal do Brasil; Dias (2008) que assina o texto referente à escola normal de São Paulo do Império; Kulesza (2008) acerca da primeira escola normal da Paraíba, entre outros, que enriqueceram, significativamente, nosso entendimento a respeito da escola normal e sua gênese.

Ainda tratando de revisão bibliográfica, não podemos deixar de citar o livro “Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes” de Carlos Manarcha (1999). O

livro apresenta um trabalho de pesquisa durante o período de 1840 a 1930, expõe a trajetória da instituição diante de um cenário de conflitos e tensões originários da sociedade de classes, junto ao fenômeno da urbanização acelerada e o surgimento de novas experiências de vida e possibilidades culturais, e expõe as diferentes formulações teóricas e realizações práticas.

Diante da leitura de Teses de Doutorado e Dissertações de Mestrado que lemos, é importante citar o trabalho de Balão (2011), que disserta acerca da formação de professores de 1ª a 4ª séries na modalidade Normal do Ensino Médio, vigente a partir do ano de 1998, no estado de São Paulo, com investigação da implantação da escola normal no Colégio Estadual, Antônio Raposo Tavares, bem como as transformações sofridas pelo referido curso diante de avanços e recuos. Foi de suma importância para nosso trabalho o Capítulo III da Dissertação defendida por Regina Balão (2011), intitulado “Um olhar sobre a Escola Normal, sua história e política educacional”, servindo de referência e auxiliando no que se refere aos conhecimentos acerca da política educacional que engloba o curso de formação de professores.

Outro trabalho no qual nos debruçamos com leituras atentas foi a Dissertação de Mestrado de Maria das Graças da Cruz Barbosa intitulado “Histórias de Vida Professoral: Maria do Carmo de Miranda nas Configurações do Magistério (1960-1988)”. O trabalho investigou a vida professoral da Professora Maria do Carmo de Miranda, primeira Diretora da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda, nosso objeto de estudo, enriquecendo e trazendo contribuições para nossa pesquisa.

Depois de uma revisão bibliográfica, o que tínhamos no início da pesquisa era apenas a instituição a qual íamos pesquisar. Começamos, então, com o que tínhamos: a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda. Nesta, encontramos algumas funcionárias e funcionários, entre eles alguns ex-professores de quando fui normalista. Porém, nosso foco era o arquivo da instituição devido à documentação que poderíamos encontrar lá. Chegando à secretaria, fomos recebidos com entusiasmo por se tratar de uma pesquisa que iria ajudar a construir um pouco da historiografia da referida instituição. Então, começamos a nossa busca pelas fontes documentais escolares.

Nunes (2006) nos esclarece que as fontes documentais escolares, produzidas e utilizadas na própria instituição escolar se configuram como importantes fontes

primárias de pesquisa. Durante nossas pesquisas, fomos muitas vezes à instituição e, além de visitarmos o arquivo, procuramos muitas vezes por documentos na própria secretaria, onde foram encontradas algumas fontes que puderam subsidiar nosso trabalho. Na mesma, encontramos documentos fundantes da própria instituição, a Lei de criação da escola, regimentos internos, decreto de reconhecimento da escola e até decreto que autorizava a mudança do nome de Ministro Pereira Lira para Profª Maria do Carmo de Miranda, através do Parecer de nº 87/92, Processo nº 2707/92 no dia 23/07 de 1992. Na secretaria, foi encontrada uma espécie de Projeto Político Pedagógico que recebia o nome de Plano Global, que nos trouxe algumas informações de como se realizava o planejamento de gestão para com a escola naquela época, porém, não fizemos entrevistas com os envolvidos, os personagens do Plano, para sabermos de fato se tais planejamentos foram concretizados.

Segundo Nunes (2006, p.197) na secretaria da escola, encontramos também os documentos de alunos: livros de matrícula e trancamentos de disciplinas; ficha ou pasta de cada aluno com seus históricos escolares; cadernetas escolares. Fazendo empréstimo da ideia da referida autora, buscamos, junto aos documentos citados acima, informações riquíssimas para compor nosso terceiro capítulo, no qual serão apresentadas respostas para nossos questionamentos acerca da quantidade de matrículas no curso, evasão escolar e se a maioria do corpo discente é composto por homens ou mulheres?

Porém, ao chegarmos à escola, ficamos preocupados com a perda de registros, que foram destruídos durante as inúmeras reformas. Segundo alguns funcionários antigos, muitos ficaram em alguns cômodos do prédio que estavam em situações precárias, por isso, foram perdidos. No entanto, houve certa preocupação de alguns fundadores que ainda trabalham lá, a exemplo da coordenadora pedagógica Carleide de Oliveira Cavalcante de guardar o livro de Atas de algumas reuniões do nosso recorte temporal, organizar alguns registros fotográficos para guardar momentos relevantes de atividades culturais desenvolvidas no prédio da instituição e até mesmo criar um blog pedagógico⁴. Nunes (2006) discorre acerca da consciência do valor e da importância da preservação do patrimônio documental e escolar:

⁴ Disponível em: [HTTP://escola-maria-do-carmo-de-miranda.blogspot.com.br/](http://escola-maria-do-carmo-de-miranda.blogspot.com.br/).

Como em nosso país ainda é muito fraca a consciência do valor e da importância do patrimônio documental e escolar, caberá, também ao pesquisador da história da educação, o papel de conscientizar o secretário da educação do município e também os diretores, funcionários e professores das várias instituições escolares sobre o valor que tem os vários documentos produzidos na história, a importância da sua boa organização e conservação não só para a garantia dos direitos individuais de todos os que se relacionaram com a escola, mas também para a construção de uma História da Educação daquele município.

Se não cuidarmos das fontes documentais escolares hoje, elas acabarão se perdendo e amanhã, não as teremos mais, o que prejudicará grandemente o levantamento da evolução educacional local, regional e mesmo do país, pois não se conhece a história de um país apenas tendo informação sobre a capital e as demais cidades. (NUNES, 2006, p.201)

É relevante citar que, felizmente, já há um bom número de grupos institucionalizados de pesquisadores em História da Educação e também professores que buscam conscientizar as pessoas inseridas em instituições escolares e a sociedade como um todo para as mesmas realizarem um exercício cotidiano de preservação para com os documentos escolares, criando ou mantendo os arquivos escolares existentes, comprometendo-se com a importância de documentos para a construção histórica de determinada instituição escolar, bem como preservando a memória delas.

Nos últimos dez anos, tem crescido o número de busca aos arquivos escolares como fontes documentais. Relatos de experiência de organização de acervos institucionais, narrativas sobre a relevância dos documentos escolares para o entendimento da cultura escolar do passado e do presente, elaboração de manuais, vêm sensibilizando pesquisadores da área no que se refere à renovação de prática da pesquisa, incentivando o uso de um novo arsenal-metodológico. Vidal (2005).

A literatura vem demonstrando a importância em associar alunos, professores e funcionários à organização dos acervos escolares, na certeza de que a perenidade dessas iniciativas repousa no seu acolhimento pelo efetivo da escola. Despontam, assim, argumentos em defesa da necessidade de integrar o funcionamento da secretaria à prática do arquivo permanente, gerando instrumentos de trabalhos próprios ao universo documental da escola; e sobre a relevância em tornar o arquivo vivo, seja pela participação de alunos e professores na atividade de organização e guarda de acervos, seja pelo uso de alguns documentos escolares em sala de aula. (VIDAL, 2005, p.72)

Ao realizarmos nossa pesquisa, ficou evidente que o arquivo da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda é um arquivo morto. O arquivo funciona dentro da secretaria, foi reformado, está relativamente limpo e iluminado, porém, ninguém utiliza. Tanto os funcionários, quanto os professores não costumam entrar frequentemente e fazer uso das informações contidas nele, tornando-o um arquivo morto⁵, muitas vezes, deixando de torná-lo vivo por não terem consciência da relevância dos documentos escolares.

O arquivo escolar se constitui como um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte ou informação ou natureza dos documentos (BONATO, 2005 apud MEDEIROS, 2003).

Os arquivos escolares têm por objetivo serem meios de provas ou direitos de pessoas ou da administração. Mas, também pode auxiliar com informações junto à administração pública, a exemplo de informar acerca da evolução do número de vagas oferecidas, de repetência, da evasão escolar, entre outros assuntos relevantes para a construção histórica da escola. Os mesmos também apresentam valor histórico-cultural para os historiadores e também servem como fontes profícuas para a História da Educação.

Foi em busca das informações, que acabamos de citar, que realizamos junto aos arquivos da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda a nossa pesquisa. Analisamos as fichas dos alunos durante todo o nosso recorte temporal, o número de alunos, o sexo, a idade, a procedência escolar, o endereço, se os mesmos moravam João Pessoa-PB ou em outras cidades, e o número de desistentes e reprovados por turma. Por meio dos arquivos escolares, podemos conhecer a transformação da educação ao longo do tempo. Os mesmos apresentam muitas possibilidades para a realização de pesquisas científicas.

O grande desafio dos pesquisadores em relação aos arquivos escolares é a preservação daqueles, como já foi dito anteriormente. Muitas vezes os arquivistas ou funcionários das instituições escolares não sabem o valor que os mesmos têm e, devido a esta falta de informação, muitos documentos importantes para as fontes históricas são destruídos. Bonato acrescenta que:

⁵ Em algumas escolas, o espaço destinado à documentação acumulada é identificado como arquivo morto. Até hoje, essa é uma velha e incorreta denominação para documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade e descartável. Bonato (2005)

[...] seja feito um trabalho em parceria entre arquivistas, historiadores e “informatas” visando apresentar propostas de implantação e implementação de critérios de avaliação, recuperação, preservação, conservação, classificação, arranjo e descrição e acesso a esse tipo de acervo. Isto contribuirá para que documentos importantes para o estudo da história da educação não sejam eliminados, e também, para minimizar o trabalho do pesquisador na busca dessas fontes (BONATO, 2005, p.203)

Muitas vezes, os pesquisadores que visam pesquisar documentação em arquivos escolares se deparam com uma desorganização muito grande. Muitas vezes, os profissionais têm a árdua tarefa de organizar os arquivos para depois pesquisar. Em alguns exemplos, nem conseguem encontrar as fontes satisfatórias, uma vez que não existem mais, devido aos locais de guarda serem inadequados. Na maioria das vezes, os arquivos apresentam excesso de poeira, de umidade, falta de iluminação e ventilação, bem como insetos, fungos, entre outros microorganismos junto à documentação.

Nos arquivos da Escola Normal Professora Maria do Carmo De Miranda, onde realizamos a nossa pesquisa, deparamo-nos com um arquivo “novo”. A instituição tinha passado por uma reforma, apresentava boa iluminação, como já foi dito anteriormente, mas alguns documentos e livros de atas também foram perdidos, da época do nosso recorte temporal, ou seja, a partir de 1986, ano da abertura da referida instituição até 2000. Ainda a respeito da falta de cuidado para com os documentos, Bonato ressalta que:

Em grande parte dos arquivos, o acondicionamento dos documentos é feito em pastas, envelopes, encadernados, pastas de papelão; mas, são também encontrados empilhados e sem nenhuma proteção. Em razão do quadro descrito, dificilmente encontrou-se um instrumento de pesquisa para recuperação da informação/documento. O acesso aos documentos muitas vezes, era feito pela memória dos funcionários responsáveis (BONATO, 2005, p. 209).

Corroborando o pensamento de Bonato, vivenciamos esse fato de muitas informações estarem contidas na memória dos funcionários. Muitas vezes durante as nossas visitas ao arquivo escolar da referida instituição, conversávamos com os funcionários e estes nos relatavam acerca de algumas documentações perdidas durante as reformas ou quando eram guardadas em lugares não adequados. Como

nossa pesquisa não tem entrevistas, optamos não trabalhar com história oral, fica apenas o registro desse fato aqui nos nossos escritos.

Foi um desafio vasculhar o arquivo, porém, foi muito proveitoso, uma vez que nele pude encontrar informações contidas nos documentos pouco ou nada explorados, que auxiliaram na minha busca por fontes documentais e respostas para com os nossos objetivos desta pesquisa.

A falta de interesse pela preservação de documentos escolares nos preocupa muito, assim como, os demais educadores e pesquisadores da história da educação. Geralmente, como já foi dito, as instituições escolares não têm o hábito de priorizar os documentos escolares, nem tampouco utilizá-los para as atividades que se realizam nas mesmas. Acreditamos que se trata de um fato que merece ser discutido e debatido entre nós, pesquisadores, da história da educação para dar continuidade às pesquisas referentes à evolução da educação do nosso país. As condições precárias tornam-se um empecilho para a realização de um trabalho mais minucioso de estudo da história da educação.

Se por um lado verificamos que alguns documentos não foram preservados, por outro, cabe-nos um elogio aos funcionários da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda que, mesmo diante de dificuldades como a falta de recursos materiais e apoio oficial, preservaram os documentos encontrados na mesma, auxiliando-nos, dessa forma, para a realização da nossa pesquisa. Nela, encontramos local para fotocopiar alguns documentos e um arquivo que, mesmo com algumas perdas, encontrava-se em um bom estado para a realização dos registros.

Acreditamos que preservar significa guardar todos os documentos e registros de uma forma organizada e segura, independente do seu suporte. É importante salientar novamente a importância de um diálogo entre os envolvidos, arquivistas, funcionários da secretaria escolar, historiadores da educação e pesquisadores para uma sensibilização na sociedade, sobretudo, as autoridades para um cuidado maior com nosso patrimônio documental, enfatizando nossos arquivos escolares. Acerca dessa preservação, Bonato (2005):

Preservar não significa guardar tudo, mas avaliar a documentação, descartando o desnecessário e criando condições mínimas de sobrevivência do suporte físico (materialidade) e da informação do documento. [...] A polêmica me parece maior em torno dos princípios da conservação e do descarte e é nesse sentido que o diálogo deve

ser estabelecido prioritariamente (BONATO, 2005, p. 213 apud VIDAL, 2000, p. 39).

O que falta para a preservação dos documentos escolares, quando existem, é um planejamento com uma política dentro das instituições escolares de orientação e organização.

Para Mogarro (2005), os arquivos escolares motivam profundas preocupações em relação à salvaguarda de seus documentos, que representam muito no que concerne à história das instituições escolares e à construção de memória educativa. A sua importância está sendo reconhecida, suscitando uma reflexão sobre a preservação, a sua instalação, a organização adequada dos documentos e o acesso às informações que neles estão contidas. O autor esclarece que os arquivos escolares, muitas vezes, mantêm as informações que nos apontam muito sobre o funcionamento das instituições, os mesmos se caracterizam como novas possibilidades no que diz respeito à aquisição de fontes para a realização de uma pesquisa, com essas nossas fontes às instituições numa posição centralizada no que concerne aos fenômenos educativos.

Visitamos os arquivos da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda no intuito de acharmos fontes que respondessem aos nossos questionamentos em relação ao perfil dos alunos; bem como ao número de matrículas por turmas; e ainda a questão do sexo dos alunos matriculados; se as turmas tinham em sua maioria homens ou mulheres, uma questão relevante devido à feminização do magistério, levantada há tempos nas pesquisas referentes à escola normal e na historiografia educacional brasileira.

A discussão acima foi necessária para reforçar a condição de nossos arquivos escolares, uma vez que os dados que iremos expor a seguir foram coletados no arquivo da referida instituição. Por este motivo, faz-se necessária uma discussão acerca do tema “arquivos escolares”, uma vez que nossa pesquisa se deu praticamente dentro do prédio da Escola Prof^a Maria do Carmo de Miranda.

Para a análise das informações, foi realizado um cruzamento de fontes, de dados que analisamos na escola com a nossa pesquisa, com os documentos e a legislação externa que norteiam a política educacional para a formação de professores. Em relação ao cruzamento de fontes nos arquivos escolares, Mogarro discorre que:

O cruzamento que se estabelece entre os dados obtidos, através da análise dos documentos de um arquivo escolar, permite realizar correlações estreitas entre as diversas informações (também obtidas em fundos documentais externos à escola), revelando um elevado índice de coerência e lógicas internas do fundo arquivístico e o papel central dos seus documentos para a compreensão da organização e funcionamento da instituição que os produziu (MOGARRO, 2005, p.78).

Vale salientar que procuramos os documentos escolares da escola normal no arquivo da mesma, porque já tínhamos previamente nossas questões formuladas e que careciam de respostas. Analisamos as fichas dos alunos durante todo o nosso recorte temporal, o número de alunos, o sexo, a idade, a procedência escolar, o endereço, se os mesmos moravam João Pessoa-PB ou em outras cidades e o número de desistentes e reprovados por turma. Por meio dos arquivos escolares, podemos conhecer a transformação da educação ao longo do tempo.

Mogarro (2005) questiona que, se é verdade que os historiadores inventam as suas fontes, “construindo-as” em articulação com o objeto de estudo e incluindo-as nas realidades históricas em que foram produzidas, no caso dos arquivos escolares, estamos lidando com fontes de informações já consagradas, por outro lado são tidas como fontes secundárias. Porém, esta condição está sendo modificada, devido à atenção crescente que tem assumido as características da vida cotidiana e os “fazeres ordinários” da escola, dois dos novos objetos de um bom número de investigações historiográficas.

O referido autor defende ainda um novo olhar sob os arquivos escolares, as novas vertentes de análise e a produção histórico-educativa nos obrigam a isto. A renovação, um novo prisma para com os documentos escolares, que nos oferecem informações úteis para com os resultados de uma pesquisa.

As escolas são estruturas complexas, apresentam universos específicos, na qual podemos encontrar muitas características e contradições do sistema educativo, apresentando uma identidade própria, com muitas histórias. Dessa forma, é possível construir a história de uma instituição e das pessoas que fazem parte dela. O arquivo vai assumir um papel relevante na construção da memória escolar e na construção da identidade da escola. (MAGARRO, 2005).

Portanto, a instituição escolar constrói sua própria cultura e os documentos, por sua vez, são produtos dessa cultura. Esses documentos com suas

características e peculiaridades se configuram como o patrimônio educativo de cada instituição escolar, o espaço físico dá corpo a esse mundo, esse universo. Os documentos desempenham um papel extremamente relevante, trazendo para nós informações importantes do passado e do presente, características da vida escolar que nos fazem entender relativamente o itinerário da instituição.

CAPÍTULO 2 – BREVE REFLEXÃO SOBRE A ESCOLA NORMAL NO BRASIL

2.1 RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA ESCOLA NORMAL NO BRASIL

Neste capítulo, abordaremos a evolução e as crises que estão presentes na história da escola normal para a formação de professores do antigo curso primário, hoje, séries iniciais do Ensino Fundamental. Para um melhor entendimento acerca do ensino normal, faz-se necessária uma retrospectiva histórica da escola normal no Brasil, sobretudo, a trajetória desta instituição educacional no âmbito da educação brasileira.

Para tanto, antes de adentrarmos numa retrospectiva acerca da história da história da referida instituição, é relevante tecermos algumas informações sobre a origem da educação no nosso país. É sabido que a preocupação com a educação do povo começa a existir com a educação jesuítica, cujo legado é tido como um dos fundamentos da cultura brasileira. Diante disto, Castanho (2007) esclarece que:

Os colégios e seminários jesuíticos e de outras ordens, assim como as aulas régias e suas sucessoras pós-coloniais, foram momentos de um longo processo em que se formou a escola no Brasil. No decorrer do século XIX, esse processo conheceu grande aceleração para, no seu final, desabrochar, embora com mais brilho e positividade no discurso dos intelectuais e nas proclamações de textos legais do que propriamente nas realizações práticas. (CASTANHO, 2007, p.43)

De acordo com o referido autor, houve uma escolarização no Brasil durante a colonização, que teria ocorrido antecipações de uma educação surgida no final do Império.

A Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, a primeira norma que iria organizar a instrução pública nacional, determinava o ensino mútuo nas escolas, essa decisão iria concordar com o plano das escolas europeias. Passados quinze anos da determinação da abertura de escolas de primeiras letras em âmbito nacional, pelo modo de ensino mútuo (Lei de 15 de outubro de 1827), no ano de 1835, era criada a Escola Normal de Niterói, cidade capital da Província do Rio de Janeiro.

Para Castanho (2007), um caso particular de escolarização é o da formação de professores. O mesmo aponta que:

Após a reforma constitucional de 1834, essa modalidade de ensino passou para o âmbito das províncias, a reboque do ensino de

primeiras letras, para o qual deveria fornecer os quadros docentes. A trajetória da escola de formação de professores para a instrução primária no Brasil tem início precisamente no ano seguinte ao Ato Adicional, ou seja, em 1835, através do decreto número dez da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, datado de 1º de abril de 1835, que criou a Escola Normal de Niterói (Castanho, 2007, p.46).

De acordo com estudos historiográficos locais, é possível afirmar que o Brasil, em pleno século XIX, apesar de suas peculiaridades político-sociais e de suas contradições sociais internas, foi influenciado pelos ideais iluministas que estavam presentes neste mesmo período na Europa. Tanto os anseios da instrução pública primária quanto à proliferação de escolas normais eram os mesmos objetivos implantados na França ou em outros países europeus.

Utilizando outras palavras, o que fica evidente é que os ideais iluministas serviram de exemplo para a sociedade brasileira no que concerne ao progresso social, ao mesmo tempo em que serviam de garantia para se conceber no país. É sabido que este foi o grande objetivo almejado pelas lideranças políticas brasileiras, ao apoiar a educação para as camadas sociais que, até então, não tinham acesso a ela.

Para Villela (2008, p. 30), a primeira escola normal brasileira surgiu diante de um cenário de transição⁶, sob a consolidação dos estados modernos e a criação de um corpo de funcionários públicos, encarregados de desenvolver a tarefa de transmissão de conhecimentos. Foi diante desse cenário que surgiu a primeira escola normal da província do Rio de Janeiro.

O grupo dos dirigentes saquaremas, muitos deles antigos liberais que se tornaram conservadores, para permanecerem no poder desenvolveram uma ação organizada não só no campo de coerção, garantindo a segurança social, mas também obtendo o consenso no plano ideológico através da criação de instituições que formassem uma base de apoio político para os seus objetivos. Somente pela compreensão desse projeto de construção de uma hegemonia política é que foi possível entender a criação da escola normal de Niterói. Tal instituição, pelo seu potencial organizativo e civilizatório,

⁶ Segundo VILELLA (2008, p.31) pelo Ato Adicional à Constituição de 1824, aprovado em 12 de agosto de 1834, a cidade do Rio de Janeiro foi desmembrada da Província Fluminense passando a constituir o Município neutro, sede da Corte Imperial. A província perdia, assim, a parte mais importante do seu território, mas, por outro lado, ampliava sua autonomia administrativa, como as demais províncias do Império. Com o crescimento econômico, decorrente da expansão da produção cafeeira, ocorreram modificações na distribuição populacional. Em 1835, a Vila Real da Praia Grande, depois cidade de Niterói, foi escolhida como capital. Com a nova conjuntura, subiu ao poder o grupo conservador representado pelo presidente Joaquim José Rodrigues Torres e pelo vice-presidente e cunhado Paulino José Soares de Souza que, dentre outras medidas políticas, idealizou e organizou a escola normal provincial em Niterói.

foi imaginada como umas das principais alavancas da expansão e consolidação da supremacia daquele segmento da classe senhorial que chegara ao poder (VILELLA, 2008, p.31).

É sabido afirmar que a intenção dos dirigentes, com a criação de escolas normais, era muito mais de ordenar, controlar e disciplinar, que propriamente instruir, uma vez que não havia a intenção de oferecer aos professores uma formação mais sólida, mais aprofundada. O que mais era enfatizada era mesmo a formação moral e religiosa, o que nos conduz a tal constatação é a insistência no método lancasteriano⁷.

Villela (2008) ainda enfatiza que o processo de constituição da profissão docente, os momentos de crise e extinção, em que as escolas normais passaram, não significavam que a formação do professor deixava de ter importância para a província ou estado que a instituiu. O que ocorreu de fato foi que, em alguns momentos, isso pode ter sido interpretado como um redirecionamento de prioridades que poderiam variar diante das necessidades e representações de cada época.

Até meados do século XIX, período de implantação da primeira experiência de uma escola normal na província do Rio de Janeiro, o grupo conservador dirigente daquela sociedade hierarquizada, violenta e excludente concebeu a formação do professor como agente de uma mentalidade moralizante e ordeira que se sobrepunha à função de difusão de conhecimentos. A partir de tais intenções foram escolhidos os conteúdos e um método de ensino para ser desenvolvido nas escolas primárias. Foram também rigorosamente selecionados os futuros professores funcionários autorizados a praticar a profissão nas diversas regiões do território fluminense (VILLELLA, 2008. p.43).

Para Rocha (2008, p.47), a história da escola normal tem relação com a introdução da instrução primária, pois objetivava a preparação de mestres para as escolas de primeiras letras. Assim, a escola pública, reinventada no mundo moderno, tem na escola normal e na escola primária seus pilares básicos.

Sendo assim, a educação primária pública e a expansão da Escola Normal faziam parte dos planos para concretizar no país a moral, o progresso e a civilização, seguindo os moldes europeus, os moldes iluministas ainda no período imperial.

⁷ Método Lancaster, também conhecido como ensino mútuo, ou monitoral, teve como objetivo ensinar um maior número de alunos, que naquela época já sofria algumas críticas pelos seus inexpressivos resultados.

Nesse ínterim, pautando-se nos discursos iluministas, educadores e lideranças políticas brasileiras defenderam o discurso segundo o qual o desenvolvimento intelectual elevaria a condição social do ser humano.

Durante o império, apesar do Art. 179 da Constituição promover: “A instrução primária e gratuita a todos os cidadãos, o que ocorria de fato na prática era diferente, pois sabemos que na realidade não havia mestres para tais funções.”

O caso Província de São Paulo ilustra bem o vai e vem da política de formação de professores nesse período. Em 1846, é inaugurada a escola normal de São Paulo, através da Lei Provincial de nº 34 de 16 de março. Esta Lei regulamentou um curso com duração de dois anos com exclusividade para os normalistas do sexo masculino. A referida instituição não fez muito sucesso nesta época, uma vez que, durante os vinte anos em que durou, só formou apenas quarenta professores, mas representou um grande esforço em se tratando de uma província.

Durante esse tempo de funcionamento, Monarcha (1999) apresenta uma escola normal marcada por diversas precariedades, o que levaria a seu fechamento. O mesmo sintetiza a situação de descaso junto à instituição responsável pela formação de professores:

Tudo falta: regulamentos, uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção digno do nome, prédios escolares, material didático, compêndios, salários compatíveis com a importância do cargo, servidores do estado, mestres qualificados, famílias responsáveis, discípulos dedicados. Tudo falha: o governo provincial, o professor de primeiras letras, a sociedade. Mas, principalmente, falha a escola normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas de sua época (MONARCHA, 1999, p. 44).

O referido autor, além de apresentar críticas às precariedades da instituição, ainda demonstra uma falta de eficácia do próprio curso. Uma curiosidade acerca dessa instituição é que a mesma funcionava durante o período noturno, uma vez que seus normalistas trabalhavam durante o dia todo.

Segundo Monarcha (1999), a segunda fundação da escola normal da província de São Paulo ocorreu no dia 16 de fevereiro de 1875 no pavimento térreo do Tesouro Provincial. O curso normal estava organizado do mesmo modo que o da primeira escola normal de São Paulo, com duração de dois anos, destinados aos moços que deviam ter mais de 16 anos, para saber ler, escrever e contar, comprovar

moralidade notória, comprovar bom estado de saúde e pagar uma taxa de 10\$000 à Coletoria Provincial.

Sua reinauguração ocorreu em um período em que a Província estava em um processo de urbanização, passando por mudanças culturais e sociais, almejando seu crescimento, seu progresso. Porém, logo após três anos de funcionamento, foi fechada novamente sob a alegação de que faltava verba pública para o funcionamento da mesma.

Em relação ao fechamento da referida instituição, Monarcha (1999) esclarece que as forças políticas da época contribuíram bastante:

No início de 1878, ocorre a ascensão do Partido Liberal. O gabinete liderado pelo ministro Sinimbu nomeia o Dr. João Batista Pereira para exercer a presidência da Província. Sua administração tem a duração de dez meses, a saber: 5 de fevereiro a 7 de dezembro do mesmo ano.

O novo presidente, eleito várias vezes deputado provincial, encontra forte oposição na Assembleia, constituída por 26 conservadores, 7 liberais e três republicanos. E é denunciado pela Assembleia ao Supremo Tribunal da Justiça, por abuso de poder.

A escola normal de São Paulo, por sua vez, encontra-se em uma situação crucial.

Sem dotação explícita na Lei de orçamento provincial, as despesas necessárias para a criação e manutenção, nos anos de 1875, 1876, 1877 e são pagas através de uma verba eventual, que figura no orçamento com o título de “despesas legislativas” (MONARCHA, 1999, p.102)

Após um curto período de portas fechadas, a Escola Normal reabre suas portas em 2 de agosto de 1880, almejando formar professores para atuar no ensino primário, porém, dessa vez, destinada a ambos os sexos. Segundo Monarcha, essa retomada representou um grande avanço no que concerne ao ensino público paulista. Apesar de enfrentar grandes pressões políticas e ideológicas, a referida instituição, além de ter autonomia, tinha seu próprio regimento. Dessa forma, influenciou o surgimento de muitas outras escolas normais nas demais províncias.

Acerca da 1ª escola normal de São Paulo, Dias (2008) aponta que a mesma não escapou dos fechamentos e aberturas das referidas instituições daquela época, da conturbada tendência das extinções e criações que ocorreu no país do século XIX, tendência que denuncia as dificuldades que o estado monárquico enfrentou para disciplinar as atividades docentes e firmar a escola normal como espaço privilegiado de formação dos professores de primeiras letras.

Hilsdorf (2008) esclarece que a escola normal de São Paulo foi reaberta pelo presidente da província Laurindo Abelardo de Brito, ao sancionar, em 25 de abril de 1880, como lei do ano. A autora ainda discorre que o curso normal teve sua duração aumentada de dois para três anos com novas disciplinas; também foram ampliadas as exigências para o ingresso de novos alunos para o curso. A instituição precisava inovar para se legitimar perante a sociedade. Com estas atitudes, a referida instituição deixaria de ser primária para alcançar o nível pós-primário.

Tanuri (apud HILSDORF, 1979, p.36) começava a desmoronar a ideia de que o conhecimento do professor primário deveria restringir-se ao conteúdo a ser lecionado na escola primária. O país nessa época estava tentando aplicar inovações, acompanhando as inovações pedagógicas influenciadas pela Europa. Entre elas, estavam a inclusão de matérias científicas e a adoção do método intuitivo.

No decorrer dos anos, a necessidade de uma formação especial para a pessoa que se dedicasse ao ensino, principalmente para crianças, os chamado mestre-escola⁸, cresceu e se desenvolveu. O século XIX vivenciou a democratização do ensino primário nos países mais desenvolvidos da época e a primeira metade deste século foi dominada pelos debates em torno da institucionalização do ensino normal, na qual os futuros professores aprenderiam os conhecimentos e as técnicas, as normas e os valores próprios da profissão docente, observando-se então, a implantação das escolas normais (TANURI, 1979, p. 14 apud BALÃO, 2011, p.86).

Para Rocha (2008, p.47), a história da escola normal está estritamente ligada à introdução da instrução pública, sobretudo, a instrução primária. Dessa forma, a criação dessas instituições tinha como objetivo preparar os mestres para as escolas de primeiras letras. É mister citar que a escola pública tem, na escola normal e na escola primária, seus pilares básicos. Os sistemas públicos já aparecem bem configurados, de forma já bem definida no século XIX na Europa e América do Norte. Já o Brasil refletiu essas ideias em outro contexto.

Rocha (2008) ainda considera que as autoridades provinciais, preocupadas em adotar um sistema de ensino melhor, com mais qualidade no século XIX, adotaram um ordenamento jurídico. O século foi marcado por um número elevado

⁸ Os mestres-escolas eram pessoas que completavam suas rendas com o ofício de ensinar a ler e escrever meninos e meninas, porém não possuíam preparação para tal função e não tinham nenhum privilégio.

de leis que, na sua maioria, não tiveram aplicabilidade no Brasil, uma vez que essa legislação se inspirava em outros países, como França e Inglaterra.

De acordo com Nóvoa (2011), as escolas normais representam uma conquista importante dos professores, uma vez que os mesmos irão lutar pela dignificação e prestígio deste estabelecimento de ensino: maiores exigências de entrada, prolongamento do currículo e melhoria do nível acadêmico eram algumas das reivindicações do professorado dos séculos XIX e XX. As escolas normais estão na origem de uma verdadeira transição, em que os professores saem da condição do velho mestre-escola e passam a adotar a postura do novo professor de instrução primária.

As instituições de formação ocupam um lugar central na produção e reprodução do corpo de saberes e do sistema de normas da profissão docente, desempenhando um papel crucial na elaboração dos conhecimentos pedagógicos e de uma ideologia comum. Mais do que formar professores (a título individual), as escolas normais produzem a profissão docente (a nível coletivo), contribuindo para a socialização dos seus membros e para a gênese de uma cultura profissional (NÓVOA, 2011, p.15).

Segundo Tanuri (2000), as escolas normais do Brasil fizeram parte dos sistemas provinciais. O modelo que se copiou foi o europeu, sobretudo o francês, porém, não há como negar o caráter transplantado de nossas instituições, tanto se tem insistido sobre o mesmo. A historiografia mais recente tem procurado expor sua articulação com o contexto nacional e com as contradições internas com a sociedade. Dessa forma, observamos que as primeiras iniciativas no que concerne às escolas normais demonstram que as mesmas recebiam influências do grupo conservador resultante das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e compor o seu projeto político.

Villela (1992) discorre acerca da influência não só dos moldes europeus, mas também a influência da própria sociedade brasileira na criação das escolas normais, quando discute acerca da primeira escola normal do Brasil.

Somente pela compreensão desse projeto político mais amplo, de direção da sociedade, é que foi possível entender que a criação da escola normal da província do Rio de Janeiro não representou apenas a transplantação de um modelo europeu, mas que, pelo seu potencial organizativo e civilizatório, ela se transformava numa das principais instituições destinadas a consolidar e expandir a supremacia daquele segmento da classe senhorial que se encontrava no poder (VILLELA, 1992, p.28).

Conforme Dias (2008, p.76)⁹, o processo de implementação das escolas normais públicas também esteve associado ao projeto de concretização do estado-nação moderno. Os primeiros surgimentos ocorreram na primeira metade do século XIX e, mas especificamente, de uma fase instável e de tensões políticas com desgastes das propostas dos liberais e a assunção das práticas conservadoras. Essas instituições foram marcadas por vidas curtas e incertas, evidenciadas sob constantes movimentos de abertura e fechamentos a que foram submetidas, existindo apenas no formato de lei, sendo instaladas apenas depois de criadas.

Sá e Sá (2008) destacam que, nos fins do século XIX, investir na formação do professor era essencial para a efetivação do “progresso social”, pois sua ação estava voltada para a formação de hábitos, costumes, valores e conhecimentos do cidadão, de modo a inseri-lo no mundo do trabalho, tornando-o, desse modo, dócil e necessário à nossa sociedade. Diante desta visão, era o professor visto como elemento reformador da sociedade.

Acerca do papel do professor no Século XIX, Miguel (2008, p.151) aponta que o professor não era aquele que iria promover o progresso da província apenas sabendo e ensinando os rudimentos do conhecimento, mas, além das ciências naturais e do domínio de novos métodos, deveria também conhecer a organização pública, pois formava os futuros cidadãos que comporiam tal organização.

Para Kulesza (1998), a criação de escolas normais públicas nas províncias teve que se adequar ao ensino secundário ministrados nos liceus. Os diversos liceus construíram uma identidade relevante no que concerne ao desenvolvimento do ensino normal.

No campo da educação popular, Kulesza (2008) esclarece que a mesma foi deixada sob a responsabilidade das províncias através do Ato Adicional de 1834. Embora a Reforma tivesse valor legal somente no município da Corte, era estimulada a criação de escolas normais em todas as demais províncias com o auxílio econômico do governo central. A partir da fundação da escola normal de Niterói, suas normas e diretrizes passam a vigorar em todo o país.

⁹ Este estudo de Dias (2008) é constituído de vários artigos que discorrem acerca da história das escolas normais no Brasil. Trata-se de uma obra bastante relevante no que concerne à pesquisa sobre a historiografia da referida instituição escolar. Acreditamos que a leitura desta obra poderá representar uma relevante contribuição à pesquisa de um historiador da educação.

Para o autor referido acima, a formação de professores para atuar nas escolas primárias no Brasil nasce estritamente ligada aos tradicionais liceus¹⁰. Os mesmos influenciaram fortemente a criação de escolas normais em todo o país, sobretudo, nos momentos iniciais. As escolas normais daquela época desempenhavam uma dupla função: a saber, formação secundária e profissional, preponderantemente femininas. As mesmas iriam posteriormente nortear futuramente o desenvolvimento da instrução primária, tanto pública quanto privada na Primeira República.

Na Paraíba, ocorreu da mesma forma, uma vez que a criação da escola normal foi feita em 1884, transformando o liceu em uma escola normal. Com duração de dois anos, e destinada a ambos os sexos, a referida instituição logo se transformou em um externato feminino, com funcionamento em seu próprio prédio separado do liceu que, no ano seguinte, já seria restabelecido. A partir de 1905, funcionaria uma seção masculina da escola normal, atuando ainda nas instalações do liceu.

Em relação à primeira escola normal da Paraíba, é sabido afirmar que a mesma foi instalada em 7 de abril de 1885. Na verdade, a Lei nº 761, que criou a escola normal, foi promulgada em 7 de dezembro de 1883 e regulamentada em 30 de junho de 1884. O liceu paraibano foi extinto e foi implantada uma escola normal de dois graus, sendo o primeiro destinado à formação de professores e professoras; em relação ao segundo grau, este não passou de uma denominação atribuída ao antigo ensino secundário ministrado no liceu.

Acerca da confusão entre os liceus e as escolas normais na época das províncias, Kulesza discorre que:

[...] essa confusão entre o liceu e a escola normal ocorreu nessa época em várias províncias, tendo como base fundamental a questão da validação dos exames de preparatórios, requisito obrigatório para o ingresso no ensino superior, feitos nas escolas provinciais. Se o governo central, através da prerrogativa constitucional que lhe assegurava o controle do ensino superior, possuía mecanismos

¹⁰ Segundo Kulesza (1998), a criação de escolas normais públicas nas províncias teve de se acomodar ao ensino secundário ministrado nos liceus, essencialmente masculino e dedicado à preparação para o ingresso no ensino superior. Os mesmos se constituíram como referência fundamental para o desenvolvimento do ensino normal, emprestando seus professores, suas instalações e seus regulamentos para as novas escolas, antes de fundarem definitivamente uma escola normal. Muitas províncias criaram um Curso Normal anexo ao liceu simplesmente pela adição de uma cadeira de pedagogia ao currículo, dessa forma, aligeirando-se a parte de formação geral e enfocando a prática profissional para ser exercida junto a alguma escola primária do Brasil.

legais para garantir uma certa uniformidade no ensino ministrados nos liceus provinciais, isso não acontecia no ensino primário e, em decorrência, nas escolas normais (KULESZA, 2008, p. 264).

Kulesza (2008) afirma que, incapacitado de impor sua proposta legalmente, a partir desse momento, o governo imperial utiliza uma arma para com as oligarquias ao permitir a instalação de mesas gerais de exames de preparatórios nas províncias. Esta permissão provocaria, com o decorrer do tempo, fortes mudanças no ensino secundário das diferentes províncias, dessa forma, abrindo espaço para a criação de escolas normais.

Na Paraíba, onde não há registros de exames preparatórios nos anos de 1883 e 1884, a criação da escola normal, com certeza seguia a risca a regra do governo central.

Assim, podemos citar a criação da escola normal, em 1885, como pertencente ao conjunto de tentativas, ao menos diante da lei nº 178 de 30 de dezembro que, de forma meio vaga, profetizava a criação de uma escola normal na Paraíba com a intenção de solucionar a problemática da formação de professor de ensino primário, logo após a destruição do ensino mútuo em todo o país.

Finalmente, em 1883, em seu relatório destinado à Assembleia Provincial, o presidente José Ayres apresentou a solução que resultou na Lei nº 761: como a pouca frequência de alunos não era suficiente para justificar as despesas feitas, dessa forma, foi extinto o liceu e criava-se uma escola normal para ambos os sexos. No Art. 3 da referida lei estava determinado o aumento dos salários dos professores e a proibição que os mesmos ministrassem aulas particulares. Diante disto, fazia-se necessária uma escola de formação de professores.

Contudo, Kulesza (2008) ainda considera que, na Paraíba, mesmo considerando a imprecisão das estatísticas escolares desse período, o caráter relativamente estável da estrutura social da referida época não nos permite considerar nenhum entusiasmo verdadeiro pela educação popular. Porém, é relevante citar que o número de matrícula, sobretudo, das mulheres cresceu consideravelmente nesse mesmo período. A presença feminina marcante nas aulas da escola normal favoreceu a inserção de mulheres no magistério primário.

Saviani (2008) explica que, ao longo do século XIX, foram surgindo as escolas normais nas diversas províncias que constituíam o império brasileiro num processo intermitente em que essas instituições eram criadas, em seguida, fechadas

e depois reabertas. Porém, o mesmo expõe que somente, no período republicano, depois de um longo, difícil e oscilante processo, veio a atingir seu ponto de maturação.

Tanuri (2000) cita que à República caberia a tarefa de desenvolver qualitativa, e, sobretudo, quantitativamente, as escolas normais, e de efetivar a sua implantação como instituição responsável pela qualificação do magistério primário.

A República, apesar de se inspirar nos ideais da Revolução Francesa, apresenta, no entanto, com alguns traços da educação do império, mantendo uma educação elitizada, meio que descontextualizada da mudança social que ocorria na época.

As tendências educacionais, de 1889 a 1930, apontam uma educação profissional incipiente e sem um planejamento, sem obedecerem um plano comum, um ensino primário mal desenvolvido, um curso secundário direcionado para o ensino superior e um curso normal que começava a se desenvolver numa fase nacional de descentralização administrativa e política. Como já vimos, a educação não apresentava nenhum objetivo e também não abordava conteúdos nacionais.

Após a queda de Vargas, com a instalação do Governo Provisório, entre outras, foi decretada a Lei Orgânica do Ensino Primário (Decreto-lei nº 8.529 de 2/01/1946) e a Lei Orgânica do Ensino Normal (Decreto-lei nº 8.539, de 2/01/1946).

Buscando a uniformização e o estabelecimento de diretrizes maiores para a melhoria do ensino, em nível nacional, é editada em 1946 a Lei Orgânica. Na exposição de motivos assinada por Raul Leitão da Cunha, fica explícita a preocupação de integração do Ensino Normal. A Lei Orgânica:

- 1- Fixa a duração do curso para a formação de regentes e professores;
- 2- Fixa um currículo mínimo, adotando o princípio de flexibilidade para atender às peculiaridades das unidades federadas;
- 3- Cria escolas normais rurais;
- 4- Integra o curso normal ao 2º ciclo
- 5- Insiste no planejamento do ensino normal para adequação do número de professores às necessidades regionais;
- 6- Enfatiza a preocupação com a necessidade de formar professores especializados e administradores escolares, para que o ensino possa ganhar em organização e sentido social;
- 7- Instituiu bolsas de estudo condicionadas ao exercício durante cinco anos;
- 8- Subvenciona escolas particulares;
- 9- Institui validade nacional dos diplomas.

Segundo Romanelli (2010), o ensino primário até a promulgação da Lei Orgânica, não obedecia nenhuma organização do Poder Central. Tradicionalmente, obedecia à administração estadual e sujeito às condições de que cada um disponibilizava para organizá-lo. Com a carência de diretrizes centrais, cada estado promovia sua política, dessa forma, criando grandes desigualdades regionais. O mesmo ocorria com as escolas normais, uma vez que não havia diretrizes estabelecidas pelo governo federal para as mesmas, assim, o ensino normal era de responsabilidade dos estados, as reformas que, até então, foram efetivadas. Contudo, da mesma forma que o ensino primário era de responsabilidade estadual, a formação dos seus professores também.

Para Balão (2011), através de Lei Orgânica, o ensino normal ficou subdividido em dois níveis. Em primeiro nível estaria o curso de primeiro ciclo no qual seriam formados os regentes de ensino primário, tinha a duração de quatro anos e funcionaria em escolas normais regionais. O segundo nível seriam cursos de segundo ciclo, com duração de três anos e funcionariam em escolas normais. Foram criados também os Institutos de Educação que, além do curso de formação de professores primários, agregavam o jardim de infância e a escola primária como anexos, os cursos de especialização para professores primários e a habilitação de seus administradores escolares.

Daros e Daniel (2008) acrescentam que a ausência de uma regulamentação federal para a formação de professores, até 1946, fez com que se ampliasse muito o número de escolas normais no Brasil, nem sempre com a qualidade adequada para a formação de professores. A Lei Orgânica do ensino normal, juntamente com as demais Leis Orgânicas, fez parte de um movimento de centralização e padronização do sistema educativo educacional. Se até então os estados poderiam promover reformas e estabelecer diretrizes para a formação de professores, agora as diretrizes seriam centralizadas pelo Governo Federal.

O Decreto-Lei Federal nº 8.530 desdobrou o ensino em dois ciclos: o curso primário e o de formação de professores primários. Os cursos normais regionais de quatro anos eram cursos de nível ginásial para suprir a carência de regiões, sobretudo, as rurais que possuíam em seu quadro muitos professores sem a devida formação.

O curso de formação de professores primários durava três anos, era realizado após a conclusão do curso ginasial e deveria ser ministrado em escolas normais e institutos de educação. A formação geral era oferecida no primeiro ano, e a formação pedagógica nos últimos anos do mesmo. A política de formação de professores fazia parte de um amplo projeto de constituição da nacionalidade brasileira. Essas reformas expressavam a intenção política do estado, que encontrou na ciência fundamentos para concretizar mudanças na organização educacional, sobretudo, na formação de professores.

Ainda em relação à Lei Orgânica, Tanuri (2000) enfatiza que a mesma não trouxe à educação brasileira grandes inovações, acabou por consagrar um padrão de ensino normal que já vinha sendo adotado em outros estados. Em concordância com as demais modalidades de ensino do segundo grau, o normal foi dividido em dois ciclos: o primeiro fornecia o curso de formação para regentes do ensino primário, funcionaria em escolas normais regionais; e o segundo, formaria os professores primários e era ministrado em escolas normais e institutos de formação. Além deste, os institutos de educação deveriam ministrar cursos de especialização de professores para educação especial entre outros, também seriam incumbidos de ministrar cursos para habilitar diretores, orientadores e inspetores.

Saviani (2009) discorre que, com a aprovação da Lei Orgânica, o curso normal, em simetria com os demais cursos de nível secundário, foi dividido em dois ciclos: o primeiro correspondia ao ciclo ginasial do curso secundário e tinha duração de quatro anos; seu objetivo era formar regentes do ensino primário e funcionaria em escolas normais regionais. O segundo ciclo, com duração de três anos, correspondia ao ciclo colegial do curso secundário; seu objetivo era formar professores do ensino primário e funcionaria em escolas normais e nos institutos em educação. Esses contariam também com escolas primárias anexas, ministrariam cursos de especialização de professores primários e cursos para formar administradores escolares, orientadores e inspetores.

A maioria dos estados tomou a referida Lei como modelo padrão para a reorganização das escolas normais, contribuindo, assim, para uma consolidação de um modelo padrão de formação, mesmo diversificado em dois níveis. A reorganização dos estados para adequar seus cursos normais à Lei Orgânica promoveu um surto de crescimento de escolas normais através da iniciativa da rede privada.

Já na segunda metade do século XX, surge a Lei Federal nº 4.024/61, que merece destaque neste trabalho, uma vez que a mesma estabeleceu diretrizes e bases da Educação Nacional. A Lei tem por objetivo, no que concerne ao ensino normal, a formação de professores, orientadores, supervisores e administradores escolares, destinados ao ensino primário e ao desenvolvimento dos conhecimentos técnicos referentes à educação da infância.

Para Tanuri (2000), a Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional não trouxe soluções inovadoras para o ensino normal. A mesma seguiu conservando as mesmas linhas de organização educacional anterior, tanto no que tange a duração dos cursos quanto na divisão dos ciclos. É mister citar que ocorreu uma equivalência legal de todas as modalidades de ensino médio, bem como a descentralização administrativa e a flexibilidade curricular, possibilitando, assim, o rompimento da uniformidade curricular das escolas normais.

Na década de 1970, foi sancionada a Lei nº 5.692/71, a qual estabeleceu diretrizes e bases para o 1º e 2º graus e contemplou a escola normal no que se refere à profissionalização no 2º grau, transformando-a em modalidade do 2º grau, findando a profissionalização que antes era ministrada em escolas ginasiais. Dessa forma, a escola normal se tornaria em uma de muitas habilitações do 2º grau com a nomenclatura de Habilitação Específica para o Magistério (HEM). Desapareciam os Institutos de Educação, e a formação de especialistas e professores para o curso normal passou a ser realizada com exclusividade no curso de Pedagogia. Conforme Saviani a referida Lei:

[...] a lei n. 5.692/71 modificou os ensinos primário e médio, alterando sua denominação respectivamente para primeiro grau e segundo grau. Nessa nova estrutura, desapareceram as Escolas Normais. Em seu lugar foi instituída a habilitação específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau (HEM). Pelo parecer n. 349/72 (Brasil-MEC-CFE, 1972), aprovado em 6 de abril de 1972, a habilitação específica do magistério foi organizada em duas modalidades básicas: uma com a duração de três anos (2.200 horas), que habilitaria a lecionar até a 4ª série; e outra com a duração de quatro anos (2.900 horas), habilitando ao magistério até a 6ª série do 1º grau. O currículo mínimo compreendia o núcleo comum, obrigatório em todo o território nacional para todo o ensino de 1º e 2º graus, destinado a garantir a formação geral; e uma parte diversificada, visando à formação especial (SAVIANI, 2009, p.147)

O autor esclarece que a formação dos professores para o ensino primário foi reduzida a mais uma habilitação solta em meio a tantas outras, configurando um cenário extremamente preocupante de precariedade no que diz respeito à formação dos professores. A década de 1970 também é lembrada como um período de grandes problemas pedagógicos, tratando-se de um problema de política pedagógica.

Balão (2011) discorre que a Lei nº 5692/71 foi um choque na formação de professores de 1º a 4º séries. A mesma extinguiu a escola normal e o curso de formação de professores primários, criando em seu lugar uma habilitação profissional: a Habilitação Específica de 2º grau para o magistério de 1º grau (HEM), a qual não se relacionava com o ensino técnico propriamente dito. Dessa forma, em 1971, temos uma Lei que modificou todo sistema de ensino, desestabilizando-o e trazendo inúmeras incertezas em relação à formação do professor. A legislação só foi instituída em 1972; as orientações para a implantação curricular na HEM apenas em 1976; e a publicação dos seus guias curriculares apenas em 1979. Difícil manter uma identidade ou certo nível de qualidade, na HEM.

Conforme Tanuri (2000), o aumento dos problemas referentes às condições de formação do professor no âmbito nacional, a queda das matrículas na HEM e a falta de valorização da profissão docente contribuíram para uma grande discussão de projetos na esfera estadual e federal com pesquisas e propostas para revitalizar o ensino normal, sensibilizando o Ministério da Educação e Secretarias Estaduais para promover medidas cabíveis em relação ao cenário em que se encontrava a formação docente no país.

Em relação à falta de incentivo do governo da referida década e a desvalorização da formação do professor, Tanuri afirma que:

Apesar de todas as iniciativas registradas nas últimas décadas, o esforço ainda se configurava bastante pequeno no sentido de investir de modo consistente e efetivo na qualidade da formação docente. O mais grave é que as falhas da política de formação se faziam acompanhar de ausências de ações governamentais adequadas pertinentes à carreira e à remuneração do professor, o que acabava por se refletir na desvalorização social da profissão docente, com consequências drásticas para a qualidade de ensino em todos os níveis. (TANURI, 2000, p.85)

Desse modo, mesmo com algumas iniciativas, não havia de fato muito esforço para melhorar a formação do professor naquela época, sobretudo, a qualidade do

ensino, visto que, se não há melhora na qualidade da formação docente, não há como termos uma educação pública de qualidade. Uma vez que não temos incentivo do governo no que tange à formação de professores, não há como os mesmos serem valorizados, não tem condição desses profissionais serem reconhecidos financeiramente.

Segundo Saviani (2009), a partir da década de 1980, um grande movimento pela reconstrução do curso de Pedagogia e Licenciatura adotou o princípio da docência como a base da identidade profissional de todos os profissionais da educação. De acordo com este princípio, a maioria das instituições tendeu a situar, como atribuição dos cursos de Pedagogia, a formação de professores para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino de 1º grau.

Ainda na década de 1980, a gravidade dos problemas em relação à formação dos professores levou o governo a tomar algumas medidas para solucionar os mesmos. Entre elas, está o projeto Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (CEFAM)¹¹, com o objetivo de revitalizar a escola normal. Apesar de alguns pontos positivos, o mesmo não continuou, pois não obteve muita divulgação. Segundo Saviani:

O fracasso das HEMs provocou uma tentativa de revitalização das escolas normais representada pelo projeto CEFAM (Centro de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério), formulado pelo Ministério da Educação em 1982 que, entretanto, apesar dos resultados significativos, foi descontinuado. Uma nova tentativa de recriação das escolas normais configurou-se na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1996, que reestabeleceu a “modalidade normal” de nível médio e introduziu a figura dos “cursos normais superiores” a serem organizados no âmbito dos institutos superiores de educação (SAVIANNI, 2008, p.9).

A referida década trouxe algumas novidades na área, entre elas, a ampliação de acesso à escolarização do país e o apoio do governo federal junto à melhoria da habilitação para o magistério, através dos centros de formação e aperfeiçoamento.

Ainda tratando de mudanças referentes à formação do professor, é relevante citar e discorrer acerca da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei

11 Os CEFAM foram criados para dar uma resposta às críticas tecidas aos cursos de habilitação para o magistério, sobretudo, a Lei 5.692/71 e a queda de matrícula nesses cursos. Foi uma iniciativa do Ministério da Educação e Cultura - MEC que almejava dar apoio aos estados que quisessem tornar estes cursos melhores no que se refere à qualidade.

9394/96, uma vez que, em muitos documentos normativos, coloca-se o novo perfil atribuído ao professor.

Durante muitos anos, o debate acerca da formação docente ocorreu e ainda ocorre, mas muitos pensavam que, com o fim do Regime Militar, seria melhor solucionado. Porém, a nova LDB não correspondeu às expectativas dos educadores e pesquisadores brasileiros. Saviani aponta que:

[...] nova LDB promulgada após diversas vicissitudes, em 20 de dezembro de 1996, não correspondeu a essa expectativa. Introduzindo como alternativa aos cursos de Pedagogia e Licenciatura os institutos superiores de educação e as escolas normais superiores, a LDB sinalizou para uma política educacional, tendente a efetuar um nivelamento por baixo: os institutos superiores em educação emergem como instituições de nível superior de segunda categoria, promovendo uma formação mais aligeirada, mais barata, por meios de curso de curta duração (SAVIANI, 2009, p.148).

Porém, é sabido dizer que o tema formação de professor sempre foi bastante complexo, e não seria a atual legislação (LDB) que iria solucionar os problemas referidos no tema. O referido assunto sempre foi polêmico e não seria diferente com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Segundo o Art. 62, a formação dos docentes para a educação básica far-se-á em

Nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Neste caso, ampliou a exigência junto à formação do professor, atribuindo a melhoria da qualidade de ensino à formação de todo o quadro docente em nível superior. A Lei previa que, no final da década da educação, todos os professores deveriam ter formação em nível superior. Porém, deparamo-nos enquanto situação do país com dois grandes problemas, a considerar que o primeiro seria a grande quantidade de professores sem formação superior no país e o segundo seria a grande quantidade de cursos privados, com processos rápidos de formação, não contribuindo em nada para com a melhora da qualidade nem da formação do professor, muito menos na qualidade do ensino.

É importante considerarmos que é relevante e necessária a formação do professor em nível superior. Durante a década da educação, essa formação foi

incentivada, nenhum professor deve se conter com uma formação apenas em nível médio.

A formação em nível superior era uma meta almejada, mas a Lei Federal nº 10/172, publicada no D.O.U de 10 de janeiro de 2001, aprovou o Plano Nacional de Educação que estabeleceu que, em cinco anos, teriam habilitação específica em nível médio, e, em 10 anos, 70% teriam que ter formação específica em nível superior.

Devido a toda polêmica gerada em torno da Lei nº 9394/96, o Conselho Nacional de Educação (CNE) além do Parecer CNE/CES nº 151/98, em 19/04/99, aprovou a Resolução nº 2 que determinou Diretrizes Curriculares Nacionais para com a formação de docentes da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, em nível médio na modalidade normal. O Conselho Nacional de Educação, dessa forma, autorizava que professores com formação mínima de ensino médio continuasse a lecionar.

Ainda a respeito do Art. 62, o que nos chama a atenção é o fato de a referida Lei dar notável destaque aos institutos de educação superior, os quais seriam instituições voltadas à exclusiva formação de professores para atuar no ensino fundamental. É sabido afirmar que os mesmos não deveriam substituir as universidades ou retirar das mesmas suas finalidades e funções. Conforme Saviani (1997), os institutos não poderiam ser comparados com as universidades, o mesmo não os considera como a solução dos problemas que as universidades não solucionaram. O autor entende que os institutos deveriam ser criados dentro das universidades, articulados a elas, aproveitando a qualidade do quadro que se encontravam na estrutura universitária. Apesar da polêmica que também há acerca dos institutos de educação superior, o cenário brasileiro ainda necessitava de melhor formação em nível superior.

Para Balão (2011), a tarefa de ensinar é muito complexa, e a formação de professores deve ser de boa qualidade, porém, apesar das reivindicações de vários setores educacionais para que ela fosse concretizada em universidades, almejando uma formação de nível mais elevado, o que ocorreu na prática foi muito diferente. Após uma década do século XXI, o que se viu foi a criação de inúmeros cursos em instituições isoladas, com baixa qualidade, cursos de formação inicial à distância que não contribuíram para com uma ambiência universitária.

A partir de Balão (2011), voltando a discorrer acerca da formação de professores, podemos considerar que chegamos novamente a um impasse no que se refere à formação de professores nas séries iniciais: seria realizada nas universidades com ênfase na pesquisa, nos cursos de pedagogia que já existiam ou nos institutos superiores de educação em cursos específicos, ou seja, o curso normal superior? É sabido afirmar que se admite a formação em nível médio, em caráter provisório, até que os sistemas de ensino se organizem para que a formação de todos os professores seja em nível superior.

Mesmo diante de tantas mudanças, observou-se, neste capítulo, uma sequência de reformas educacionais que almejava transformar e melhorar a qualidade da formação de professores. Entretanto, algumas não foram colocadas em prática e as que foram, acabaram atribuindo à escola uma incerteza, impedindo-a que, durante o período abordado, alcançasse de fato o tão esperado êxito.

Contudo, não podemos negar a importância dos estudos nas universidades, porém, é sabido afirmar que a escola normal também foi bastante relevante junto ao curso normal na formação de professores. De acordo com Balão:

No ensino médio, os alunos do curso normal, futuros professores dos primeiros anos da escolarização, estavam mais próximos da realidade que iriam atuar, pois o espaço de formação guardava, em âmbito geral, características institucionais muito próximas das escolas das primeiras séries da Educação Básica: como pertencer ao mesmo sistema de ensino, manter uma rotina semelhante, exibir a mesma divisão de espaço e tempo, enfim, praticar a mesma cultura escolar (BALÃO, 2011, p.132).

A mesma defende que a formação do professor também deve ser realizada no curso normal e cita que até a própria universidade já recebeu muitas críticas nas últimas legislações educacionais.

Analisamos as mudanças que ocorreram no curso de formação de professores para as primeiras séries do ensino fundamental ao longo da história da escola normal e vimos que, diante de tantas transformações, a mesma desempenhou um papel relevante no que concerne à formação do professor no Brasil.

2.2 A MULHER NO CURSO NORMAL

Às 17 horas, quando caía a tarde, as aulas terminavam. Voltando pela Matriz e Barros seguia o bonde das normalistas. Mais uma vez, vestidas de azul e branco, passariam em frente ao Colégio Militar. Compenetradas de suas novas responsabilidades e cientes da admiração que despertavam...

Diana Gonçalves Vidal

Durante nossa coleta de dados, foi possível constatar outros dados acerca do perfil dos alunos da Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda. Nossos dados evidenciam que é muito grande o número de mulheres inscritas no curso normal da referida instituição. Das 1.314 fichas analisadas, 1.120 eram fichas de mulheres, ou seja, dos alunos matriculados no curso normal da instituição pesquisada, 85,24% era composta de mulheres. Esses dados nos mostram que, em relação à questão das mulheres no magistério, nada mudou, uma vez que esse resultado da grande presença feminina no curso normal vem desde a origem do mesmo.



Figura 1 - Mulheres que fizeram parte do quadro docente.
Fonte: Acervo da Internet.

Ao observar acima algumas docentes da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda, é relevante afirmar que a presença feminina não se faz presente somente no corpo discente, há uma grande presença feminina também no corpo docente da referida instituição. Esse é só um modelo de gestão, mas o quadro de funcionários também é composto em sua maioria por mulheres.

Conforme Almeida (2006), a escola normal surgiu diante de um cenário de precariedade, com limitações orçamentárias que complicaram seu bom funcionamento. Esta abria e fechava devido a questões políticas nem sempre acordadas. A referida instituição foi criada com o intuito de atender a carência de formação de professores para atuar no ensino primário. Em relação à presença feminina na escola normal, a autora defende que a instituição surgiu como uma alternativa possível para a instrução feminina, como também para suprir a necessidade de mão de obra para uma educação que tinha como objetivo se estender à população, concordando com os ideais liberais e democráticos que, para tanto, passavam a sensibilizar as mentes ilustradas do país com a aproximação da República.

A referida autora, ao discorrer sobre o comportamento das mulheres dentro do lar, nas primeiras décadas da República, afirma que a situação das mulheres permanecia a mesma, apesar das iniciativas em favor do sexo feminino. A figura da mulher era tida apenas como esposa e filha submetida ao poder central que lhes dirigia o destino e ditava as normas de comportamento junto à sociedade.

Diante dessa conjuntura, no campo profissional, os cursos normais formariam professoras para desenvolvimento pedagógico com princípios de humanismo com competências e valores sociais. Porém, a educação em nível médio seria necessária e, posteriormente, as jovens brasileiras seguiriam como esposas, mães, e, em caso de necessidade, seriam professoras. Nesse cenário, a escola normal voltava-se para a educação das mulheres como parte de um projeto de civilização da nação e diante disso, para cumprir e dar instrução às futuras esposas e mães, as donas de casa incumbidas de educar a família e do fortalecimento familiar. Em relação à educação de classes mistas nas escolas, essa ideia entrou em debate, mesmo que esta fosse só em nível de experiência pedagógica, uma vez que colocar as mulheres para ensinar meninos e meninas, ao mesmo tempo, seria vista com agrado, devido à

mulher representar a melhor opção para aumentar a escolaridade da população brasileira.

As mulheres passaram a dominar cada vez mais o espaço da instituição normalista e a procuravam para aprender mais conhecimentos, mais preparo para a vida de dona de casa e, ao mesmo tempo, ganhar uma profissão que rendesse algum dinheiro para sua sobrevivência. Os homens que almejavam a escola normal aspiravam à carreira de chefia e direção, diferentemente das mulheres que permaneciam em sala de aula.

O grande número de mulheres lecionando nas primeiras turmas da educação básica era visto com bons olhos pelos dirigentes do sistema de ensino. Entretanto, é importante citar que os atributos de missão, vocação e até sacerdócio relacionado com a docência não eram aspectos exclusivos das professoras. Os homens que eram professores também deveriam ter esses atributos, dessa forma, todos estariam imbuídos do “dever sagrado” de conduzir os seus alunos para o caminho da educação e instrução, auxiliando no desenvolvimento do país.

A alternativa de conseguir se profissionalizar através do magistério nas primeiras séries da educação básica foi o caminho para as mulheres poderem planejar uma nova possibilidade de se sustentarem, sem terem que conviver com a obrigação de se casarem, se não encontrassem um noivo, ou pelo simples fato de sobreviverem dependendo da bondade alheia. As mulheres poderiam sobreviver como professoras primárias, o fato de “cuidar de crianças” não fugiria da maternagem e a mulher seguiria nos moldes dos ideais da sociedade.

Sendo assim, a educação, a instrução, mais do que nunca, significou um caminho para a mulher conseguir sair do espaço doméstico e começar a circular no espaço público. A educação, por sua vez, também representou uma forma de a mulher almejar se incluir num mundo mais preparado intelectual e culturalmente.

Segundo Almeida (2006), durante o início da República, o magistério era praticamente a única carreira adequada e aberta às mulheres, apesar de algumas procurarem também a enfermagem. O que fez do magistério a opção mais procurada pelo sexo feminino é que, no princípio, era a única profissão que as mulheres poderiam ter acesso. Este fato também foi reforçado pelos atributos de missão e vocação, além de dar continuidade aos trabalhos do lar. Ainda, segundo a autora:

O magistério alicerçou-se como trabalho feminino em definitivo e manteve as prerrogativas conquistadas. A sociedade masculina aceitou sem mais protestos, com exceção de uma ou outra voz isolada, a profissão de professora. Ao longo das décadas e com cada vez maior inserção das mulheres nesse campo profissional, o poder público regulamentou as horas de trabalho em meio período diurno para que a professora também pudesse cuidar de casa (ALMEIDA, 2006, p.81).

É mister lembrar que a formação de professores(as) através das escolas normais estaria sempre relacionada ao período político que a nação estava vivendo, e a ideologia da classe dominante ditaria sempre as diretrizes a serem seguidas. Caberia a ela a direcionar o processo de formação profissional das normalistas que serviriam de apoio à efetivação na prática.

Já na década de 1950, a escola normal, que se uniu à equivalência de todos os cursos médios, passou a dar direito ao acesso às universidades, descaracterizando-se de um curso profissionalizante para o magistério primário, equiparando-se a outros cursos médios com caráter preparatório para os estudos em nível superior para as normalistas.

Nessa época, houve um aumento considerável de escolas particulares, contrariando os objetivos republicanos que almejavam manter o ensino público e gratuito para a população de acordo com as ideias dos liberais.

Nesse cenário, a formação de professores(as) através da escola normal enfrentou muitas dúvidas e oscilações sociais, econômicas e também políticas para com a ideologia que vigorava no momento. A baixa remuneração e, com ela, a desvalorização entraria em pauta e desencadeariam uma série de debates acerca da necessidade de uma lei comum para a educação nacional.

Diante desse cenário, as mulheres afluíam cada vez mais na profissão do magistério na busca de instrução e permissão para exercer uma profissão numa sociedade que começava a ter o trabalho feminino como um dos caminhos para alcançar o desenvolvimento.

Durante a Ditadura Militar, o país viveu anos de muita violência e repressão. No âmbito educativo, não apresentou grandes inovações; no magistério, agravou ainda mais a desvalorização profissional.

Nas décadas de 1970 e 1980, os cursos de formação de professores se dariam em quatro anos de estudos e com currículos organizados semelhantes aos das décadas passadas, pouco variavam de escola pra escola.

Para Novaes (1984), há uma forte ligação entre o ingresso da mulher no magistério e o advento da escolarização feminina sob o patrocínio do estado. No início de sua história, a escola normal representava apenas uma solução para a questão da mão de obra nas escolas femininas. A sociedade reagiria de forma negativa à formação profissional da mulher, colocando em dúvida até a reputação das primeiras normalistas. Porém, posteriormente, a escola normal passa a se constituir como uma das poucas instituições que darão continuidade aos estudos das mulheres, atraindo também as moças da elite que almejavam apenas a elevação de seu grau de instrução.

A escola normal desempenhou um papel relevante no que concerne à formação e elevação da cultura da mulher brasileira. O magistério, por dar continuidade às atividades maternas, passa a se tornar o único ofício feminino plenamente aceito pela sociedade.

Novaes (1984) ainda assegura que há uma ligação entre o desenvolvimento capitalista e a ocupação da mulher no magistério, uma vez que as mesmas, absorvidas no mercado de trabalho fora do lar, garantem certo mercado consumidor porque deixam de produzir no lar e passam a usufruir e consumir os bens e serviços comercializados pelo capitalismo. A referida autora elenca alguns motivos responsáveis pela escolha do magistério como carreira profissional feminina:

Para as mulheres, apesar dos baixos níveis de salário, o Magistério ainda se coloca como uma ocupação remunerada, fora do lar, onde o seu acesso não é dificultado. As mulheres casadas associam à remuneração as “vantagens” adicionais da jornada de trabalho doméstico e o trabalho fora do lar; e as solteiras fazem do magistério uma ocupação temporária, onde algumas buscam recursos para custear estudos superiores e outras simplesmente estão a “esperar marido”; das que não se casam e não têm filhos, algumas delas, possivelmente, encontram no magistério uma alternativa de sublimação para a maternidade frustrada (como se pode inferir das constantes referências do “amor maternal” que a professora deve dedicar ao aluno) (NOVAES, 1984, p.105).

Entretanto, é relevante observar outro aspecto que pertence à história da mulher no magistério. Inicialmente, só os homens tinham acesso à educação; posteriormente, as mulheres ganharam este espaço, mas é importante frisar que,

junto à abertura do magistério para as mulheres, veio a desvalorização e a desqualificação, através de um falso discurso de igualdade entre homens e mulheres. O que verificamos é que, com a inserção das mulheres no magistério, a sociedade impôs um limite à capacidade das mesmas em outras áreas, atribuindo ao sexo feminino um comportamento de dom, vocação e moral para lidar com a docência, com o cuidar. Esse dom era tido como inadequado no que se referem às demais profissões, dessa forma, restringindo a mulher à simples tarefa do cuidar que poderia ser realizada no magistério.

É interessante compreender que, com a entrada maciça da mulher no magistério, devido à justificativa de a mesma deter o dom, seu salário que já era insignificante, tornou-se ainda menor, uma vez que quem deveria sustentar a família era o homem e não a mulher. Porém, o homem também participava do cenário educacional, mas, na sua grande maioria, não na sala de aula com as primeiras séries, mas em cargos de maior poder aquisitivo e de autonomia, a exemplo, o cargo de diretor escolar. Os homens na área educacional tinham privilégios, uma vez que os mesmos eram considerados os melhores líderes.

Os motivos responsáveis pela feminização do magistério sempre foram caracterizados com atitudes preconceituosas, como diferenças salariais, curriculares e ainda o conceito de dom, vocação, do ato de cuidar como quem cuida dos filhos, induzindo e influenciando as mulheres na sua escolha profissional. Dessa forma, segundo Novaes (1984), a primeira dessas ideias, que teria favorecido o encaminhamento da mulher para o magistério, seria o estereótipo de que lidar com crianças era um trabalho de mulher. Essa ideia orienta o trabalho da mulher no lar e no ambiente de trabalho.

Em relação à questão de a mulher tratar os alunos de uma forma maternal, talvez seja responsável por aumentar ainda mais a desvalorização, descaracterizando a mulher como uma profissional da educação para ser tratada talvez, como um parente, uma tia.

Nas escolas tradicionais, a professora era vista quase sempre como uma “segunda mãe”, até nos dias hodiernos, os alunos chamam as suas professoras de “tia”, logo, não vemos essa tradição em nenhuma outra profissão. Para Novaes (1984), a professora, para se sentir em casa, assumia o papel de “mãe”, identificando-se mais com um parente próximo da criança, do que com sua professora.

Durante a análise das fichas da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda, diante de a faixa etária da maioria das alunas ser superior a 20 anos de idade, deduzimos que as mesmas procuraram o magistério para aprender o ofício de ensinar e conseguir um emprego como professora.

Numa época em que as mulheres não podiam realizar atividade alguma no espaço público, a procura pelo magistério representou a busca por cultura fora de casa, fora do casamento. Nos dias atuais ou mesmo durante o recorte temporal dessa pesquisa, que compreende os anos de 1986 a 2000, as mulheres continuam em maioria no que concerne à carreira de professora nas primeiras séries do ensino fundamental, antigo ensino primário.

É sabido que hoje muitas mulheres iniciam sua vida profissional no magistério em consequência de responsabilidades familiares, ou há ainda as que escolhem o ofício de lecionar por amor, por uma escolha. O fato de a profissão ser desvalorizada não impede que muitas optem por trabalhar na área da educação e lutar por melhores condições de trabalho. Almeida (1998) discorre acerca disso:

[...] se por um lado educar e ensinar são uma profissão, por outro lado, não há melhor meio de ensino e aprendizagem do que aquele que é exercido de um ser humano para outro, isso também é um ato de amor. E indo mais além, gostar desse trabalho, acreditar na educação e nela investir como indivíduo também se configura como um ato de paixão, a paixão pelo possível [...] Talvez resida aí a extrema ambiguidade do ato de ensinar e da presença das mulheres no magistério (1998, p. 76).

É relevante observar que a ambiguidade de ensinar ainda se encontra na escolha da mulher pelo magistério. Acreditamos que as mesmas não devem desistir do amor pela profissão, porém, faz-se necessário cada vez mais que lutemos por uma educação de qualidade, que tenhamos cada vez mais consciência de que não podemos nos submeter ao descaso existente até nos dias hodiernos para com nossa profissão. Investir na educação é lutar por um mundo melhor, mais justo, mais crítico. É necessário que a mulher não deixe de lutar por seus ideais junto ao seu lugar na sociedade, junto aos seus objetivos para com a educação. Nesse sentido, a fim de complementar essa discussão, é importante discutirmos a profissionalização a partir do curso normal. Dessa forma, discutiremos a seguir sobre esse tema.

2.3 O CURSO NORMAL E A PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE

A Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda foi criada na década de 1986, uma década marcada por uma redemocratização nacional, uma vez que o país acabava de sair de uma Ditadura Militar. A imagem do professor de educação básica estava associada a um profissional que poderia ser bastante relevante na melhoria da nossa educação e na conscientização da nossa sociedade.

O professor da educação básica, a partir de 1980, passou a ser responsável pela melhoria da qualidade de ensino, bem como pela democratização da sociedade brasileira. Entretanto, sua organização delimitou-se ao campo de atuação específica e ao âmbito de influência política.

O docente, então, passou a ser reconhecido e através desse reconhecimento conquistou algumas vitórias junto à luta das entidades representativas a exemplo do resgate do concurso público, a garantia do padrão de qualidade como princípio da educação e o reconhecimento do docente como profissional da área educacional.

Diante desse cenário, o professor dos anos iniciais do ensino fundamental começa a ser visto como um profissional capaz de dominar e organizar conhecimento sistematizado, formulado e compartilhado pela universidade.

Sendo assim, necessitamos de uma política pública de formação, que trate de maneira ampla e eficaz, tanto a formação inicial, como as condições de trabalho, a questão da remuneração, carreira docente e uma formação continuada para os professores do Brasil.

A formação em nível superior se caracteriza como um passo bastante relevante no processo de profissionalização docente da educação básica. Entendemos que a formação se constitui como um elemento importante no processo de profissionalismo. No Brasil, não havia, até a década de 1980, muitos estudos acerca do professor sob o prisma da sociologia referente às profissões, porém, após a referida década, o debate educacional ganhou força.

O professor se viu cada vez mais envolvido na questão da luta pela construção da democracia, tanto dentro das escolas como fora delas, na sociedade em geral, o mesmo foi responsabilizado pela (re) construção de um novo modelo social.

Weber (2003) traça o caminho trilhado no Brasil pela docência da educação básica no delinear de suas obrigações e necessidades de formação. O referido autor elenca as três instâncias que necessariamente estão envolvidas com a docência: Estado, instituições formadoras e associações que se tornaram entidades representativas dos docentes.

O estado é aqui considerado em sua dimensão legislativa e normativa, salientando-se aquela relativa à formação em nível superior; as instituições formadoras em algumas de suas propostas de formação e as entidades dos docentes sob o foco de suas reivindicações específicas dadas a sua importância para a efetivação de políticas educacionais. No que concerne às entidades em destaque será dado ao lugar obtido nas suas reivindicações pela especificação das tarefas docentes e pelos requerimentos de formação (WEBER, 2005, p.1129)

O autor faz atribuições relevantes junto às três instâncias que irão nortear o estabelecimento de normas e desenhos institucionais.

No Brasil, a função docente foi normatizada a partir do momento que o estado assumiu o controle da escola com o objetivo de atender as necessidades da sociedade na busca pela modernização.

Nas décadas de 1960 e 1970, não vimos muitos avanços em relação à melhoria da formação docente no país. Na legislação sancionada, em 1961, a Lei nº 4024, foi assegurado igual direito de ingresso no magistério primário oficial ou particular, tanto para os professores com diploma de regente de ensino primário obtido em curso normal ginasial quanto para os professores que concluíram o curso normal colegial. Com essa permissão, o que podemos observar é que a qualidade da educação escolar não havia ganhado a devida importância nos projetos que orientavam o Estado na busca pela solução dos problemas existentes na formação de educadores.

Já na década de 1970, a Lei nº 5.692 que foi promulgada durante o Regime Militar permitiu a formação de curta duração para corresponder às condições do mercado de trabalho, para ir de acordo com o ideário da época, desfavorecendo os fundamentos da docência. Essa formação de caráter tecnicista e instrumental dificultou o debate a respeito da profissão do professor no nosso país.

Na década de 1970, no contexto da luta em favor da democracia, a educação serviu de aparelho ideológico do estado. Desse modo, a escola se constituiu como um forte mecanismo na construção de uma sociedade mais justa. Segundo Weber:

Nesse debate foi ficando cada vez mais claro que a escola constitui a instância social que apresenta o conhecimento produzido ao longo da história da humanidade, tendo, portanto, uma tarefa a cumprir na organização do pensamento, fundamento do exercício da cidadania e da ação consciente na concepção de um projeto de sociedade (WEBER, 2003, p. 1133).

Diante dessa conjuntura, o professor, que atuava na educação básica, especialmente nos anos iniciais do ensino fundamental, tende a se desvalorizar, uma vez que acaba transformando-se em um simples auxiliar do Estado na preservação e manutenção da sociedade capitalista. Por outro lado, o mesmo começa a ter a sua função reconhecida, constituindo-se como organizador de uma comunidade, favorecendo o projeto da sociedade em favor das comunidades populares.

Em 1989, a dimensão profissional ocupou espaço no debate acadêmico que defendia que o profissional deveria ter consciência de sua responsabilidade histórica. Entretanto, a dimensão política continuava dominante.

Outra iniciativa relevante no que concerne à melhoria da educação é o Plano Decenal de Educação para todos. O Plano é responsável pela criação do Fórum Permanente da Valorização do Magistério e Qualidade da Educação. Sua importância advém da associação entre formação inicial e continuada, condições de trabalho e um piso nacional comum. Um dos resultados desse fórum foi o surgimento, em outubro de 1994, do Pacto de Valorização do Magistério e Qualidade da Educação que visa à melhoria da Educação básica. Para Weber:

O Pacto de Valorização e Qualidade da Educação buscava estabelecer e complementar uma política de longo alcance, conforme anteriormente assinalado, com vistas a elevados padrões de qualidade da educação básica, tendo definido cinco linhas de ação. Entre estas, pelo menos três enfatizam ações relativas à formação inicial e continuada e no desenvolvimento de programas; seja como recomendação de progressiva formação em nível superior; revisão dos programas de formação continuada e uso das tecnologias e educação à distância; seja ainda de acompanhamento do trabalho docente mediante assistência técnico-científico, intercâmbio e cooperação (WEBER, 2003, p. 1145)

Acreditamos que o Pacto representava, de certa forma, o resumo do que estava sendo debatido na academia naquela década e representava os profissionais da educação. É relevante investir numa formação continuada para melhorar o nível de instrução dos professores e, sobretudo, o nível de aprendizagem dos alunos.

Muitos alunos buscam o ensino normal para, através dele, conseguir um emprego como professor para lecionar, mas acreditamos que os mesmos buscam um emprego e também sonham com um curso superior. Acreditamos que a escola normal é muito importante na formação do professor, mas, defendemos uma formação continuada para melhorarmos nosso nível como profissionais da educação. Com uma formação mais sólida, os professores se sentem muito mais seguro e autoconfiantes.

Melo e Luz (2003), ao discorrer acerca da formação do professor, afirmam que a má formação docente no Brasil é um dos principais motivos pela baixa qualidade da educação e pelos altos índices de evasão escolar no país. É relevante afirmar que, nos dias hodiernos, ainda há professores atuando na educação básica sem a devida formação.

É relevante observar que se discute muito a questão da melhoria da estrutura física, pedagógica e tecnológica, porém, não vemos tantos questionamentos que se refira à competência e à formação docente. É verdade que, na história dos professores, há um longo processo de desvalorização. Melo e Luz apontam que:

[...] a história tem retratado com fidelidade a triste realidade do profissional da educação brasileira: tem havido um longo e continuado processo de desvalorização tanto pelos governos quanto pela própria sociedade, refletindo no comportamento desrespeitoso dos alunos. Em função desta realidade, também pela falta de prestígio e os baixos salários, a evasão e a rotatividade de docentes titulados foi crescente, abrindo espaço para contratação de professores leigos, sem a devida formação em muitas regiões brasileiras (MELO e LUZ, 2005, p.7).

É preciso investir mais na formação continuada do professor, para tanto, faz-se necessário políticas públicas mais acessíveis e eficazes. Porém, é importante investir também na melhoria das condições de trabalho, no fornecimento do material didático para que os professores desempenhem um bom trabalho junto aos seus alunos.

Nos últimos anos, o debate acerca da formação do professor tem ocorrido em diversas instâncias, entretanto, o que vemos é que a solução dos problemas existentes no que concerne ao tema não é tão simples de resolver. É necessária uma discussão mais aprofundada para responder qual formação é ideal ou necessária ao professor da educação básica?

Os debates envolvendo o tema nos levam a perceber o quanto é importante investir em um plano nacional de formação de professor, visando não só os dias hodiernos, mas, vislumbrando o contexto futuro.

A responsabilidade do professor de educação básica, sobretudo, os que atuam nos primeiros anos do fundamental, é muito grande por se tratar da educação e formação de futuros cidadãos críticos e conscientes. Para Melo e Luz:

A responsabilidade dos educadores, especialmente os de níveis iniciais escolares, com a formação de cidadãos com postura crítica e consciente da sua atuação social, faz da temática formação docente, um ato essencialmente político-social. Além de uma questão estratégica, enquanto processo de organização continuada do saber, torna-se fundamental nas ações pertinentes ao estado democrático, fazendo surgir à educação para a cidadania (MELO e LUZ, 2005, p.12).

Acreditamos que quanto melhor for a formação docente, mais qualidade teremos para com a nossa educação básica.

No que tange a formação docente perante a legislação atual, a LDB nº 9393/96 em seu Art. 62 é que a formação de docentes para atuar no ensino fundamental terá que ser com formação mínima em nível superior em cursos de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação; e para atuar na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, o professor terá que ter no mínimo a formação oferecida em nível médio, na modalidade normal. É relevante frisar que essa exigência só ocorreu a partir da promulgação da Lei, com a instituição da década da educação, a partir de 1997.

A determinação descrita acima gerou uma comoção das instâncias municipais, estaduais e federais no que se refere ao cumprimento de prazos. Diante disso, as instâncias correram para viabilizar, em cursos presenciais, à distância ou

em universidades privadas, cursos de curta duração para formar em nível superior professores que já estavam atuando em sala de aulas.

Foi possível perceber, ao analisar as fichas individuais dos alunos da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda, que, depois da publicação da LDB 9394/96, o número de matrículas caiu, a procura pelo curso normal em nível médio diminuiu consideravelmente. A LDB, de certa forma, impulsionou consideravelmente a procura pela formação em nível superior.

Para Melo e Luz (2003), o curso normal em nível médio é a modalidade que atende aos princípios estabelecidos pela LDB de 1996. Porém, o mesmo não é um curso recente, como já foi exposto no primeiro capítulo desta pesquisa. Os autores expõem dados na pesquisa “A Formação Docente no Brasil” que demonstram, em 1996, 5.550 cursos em todo o país. Entretanto, em 2002, último ano pesquisado por eles, os cursos já haviam sido reduzidos em mais de 50%, totalizando apenas 2.641. No mesmo período, o número de matrículas caiu de 851.57 para 368.006. É importante citar que, em 1996, foi publicada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Segundo Peres e Luz:

A LDB não tornou obrigatório que todos os professores tivessem diploma em nível superior até 2007, contudo, muitos foram os estados que encerraram as atividades dos cursos normais, em função da interpretação equivocada. A ambiguidade da interpretação se deveu à falha de redação que produziu uma contradição na lei. Para dirimir as dúvidas persistentes, em 2003, o Conselho Nacional de Educação - CNE homologou Parecer fazendo prevalecer o que diz o artigo 62 da LDB, segundo o qual, é admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a formação oferecida em nível médio na modalidade normal (PERES e LUZ, 2005, p.16).

Corroborando com os autores supracitados, é possível afirmar que a procura pelo curso normal foi diminuindo após a publicação da Lei nº 9394/96, que gerou certo fervor e incertezas nos educadores. A Lei determina ainda que os professores, que não possuem formação em nível superior, tenham pelo menos formação em nível médio na modalidade normal, ainda sim, com a consciência que a formação em nível superior faz-se necessária.

Portanto, a LDB indica que a formação desejável para o professor de educação básica se dá em nível superior, em curso de licenciatura, porém, a mesma

admite formação mínima em nível médio, na modalidade normal, na modalidade normal.

Compreendemos que é recomendável que os professores busquem a formação em nível superior, não apenas por uma recomendação da legislação, mas como uma possibilidade de ascensão profissional, cultural. Também, para que o professor da educação básica tenha mais segurança e acima de tudo autoconfiança para desempenhar o seu ofício com mais qualidade e competência.

É importante ter consciência de que o professor não se forme apenas em nível médio na modalidade normal, faz-se necessário uma formação em nível superior e, posteriormente, uma pós-graduação para que, dessa forma, possa melhorar seu desempenho profissional junto a sua prática cotidiana como docente. Convém salientar que, ao discorrer acerca da formação de professores, trata-se de pensar na formação inicial e continuada.

Entendemos que a formação inicial é o primeiro passo da formação continuada, da mesma forma, entendemos que todos nós, professores, temos um percurso de formação profissional que se inicia na formação inicial e se prolonga durante toda nossa vida.

Já citamos, no Capítulo I deste trabalho, os problemas que a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda já enfrentou para continuar oferecendo o curso normal. Foram muitos problemas referentes aos baixos salários dos professores, à falta de funcionários, falta de investimentos, e, sobretudo, falta de materiais necessários para o bom funcionamento do curso e à melhoria da qualidade da formação de professores, junto à referida instituição escolar. Essa realidade não é exclusiva da Escola Normal a qual estamos pesquisando, trata-se de uma realidade existente em muitas escolas normais do país, é o que apontam estudos acerca desse tema.

Podemos apontar ainda que a má qualidade dos cursos de formação de professores também é apontada como um dos problemas educacionais. É importante citar que, há alguns anos, vimos uma melhoria na qualidade da formação de professores, porém, os cursos normais ainda deixam muito a desejar no que se referem aos investimentos do governo.

No que concerne à formação de professores, podemos perceber, tanto no curso normal na modalidade médio, quanto na Universidade, uma dissociação entre teoria e prática. Vivi essa dificuldade enquanto aluna do curso normal quando

ingressei no mercado de trabalho, no início da minha carreira docente, fato que citei no início dessa pesquisa. Há uma separação entre o que os estudantes do curso normal estudam e o que se trabalha no cotidiano da escola.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFª MARIA DO CARMO DE MIRANDA
Reconhecida pelo C. E. E. Resolução nº 02/93 - João Pessoa-PB.

DIPLOMA

O ADMINISTRADOR ESCOLAR _____

DE ACORDO COM OS ARTIGOS 41 e 62 DA LEI Nº 9394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, E COM O DISPOSTO NO REGIMENTO ESCOLAR,

CONFERE TÍTULO DE **PROFESSOR DE 1ª À 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL** a _____

Nome _____

FILHO(A) DE _____ E DE _____

NATURAL DE _____ ESTADO _____ NASCIDO(A) _____

A _____ DE _____ DE _____, POR TER CONCLUÍDO O **CURSO NORMAL EM NÍVEL MÉDIO** NO

ANO LETIVO DE _____. O PRESENTE DIPLOMA OUTORGA OS DIREITOS E PRERROGATIVAS ESTABELECIDOS NAS LEIS DO PAÍS.

LOCAL E DATA _____

ALUNO _____ SECRETÁRIO REGISTRO / Nº _____ ADMINISTRADOR ESCOLAR REGISTRO / Nº _____

Figura 2 - Diploma (Frente).
Fonte: Acervo da Escola.

CURSO ANTERIOR _____

ESCOLA _____

ENDEREÇO _____

FORMAÇÃO GERAL	Nº DE HORAS	OBSERVAÇÕES	ÓRGÃO DA SEC
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira	200		
Língua Estrangeira	60		
História	120		
Geografia	120		
Matemática	200		
Física	80		
Química	80		
Biologia	80		
Educação Física	360		
Ensino Religioso	40		
Educação Artística	80		
FORMAÇÃO ESPECIAL			
Educação Artística	80		
Comunicação e Expressão	280		
Integração Social	240		
Matemática	280		
Ciências	200		
Fundamentos da Educação	240		
Estrutura e Func. do Ensino Fundamental	80		
Didática Geral	80		
Didática e Prát. de Ensino da Língua	200		
Didática e Prát. de Ensino da Matemática	160		
Didática e Prát. de Ensino das Ciências	160		
Didática e Prát. de Ensino dos Est. Sociais	160		
Estágio Supervisionado	300		
TOTAL DE HORAS	3.900		

Figura 3 - Diploma (Verso).
Fonte: Acervo da Escola.

Vale a pena salientar que, dentre os problemas referentes à formação docente, há um aspecto que merece destaque que é a desvalorização dos professores. Estes enfrentam problemas como a falta de um salário digno, muitas vezes, um professor da educação básica é obrigado a trabalhar três turnos por dias para conseguir sobreviver. Há também a falta de respeito até mesmo da sociedade, e falta muito investimento no que tange aos materiais didáticos junto às escolas públicas da educação básica.

A realidade nos dias hodiernos é muito complexa e diversificada, uma vez que ensinar não se configura apenas como uma transmissão de conhecimento, mas como um ensino que ultrapassa os conteúdos escolares ou acadêmicos, criando novas possibilidades aos alunos para eles se tornem mais participativos, reflexivos e críticos numa sociedade cada vez mais complexa e competitiva.

CAPÍTULO 3 - ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFª MARIA DO CARMO DE MIRANDA

3.1 DO CAMPO DE PESQUISA À ANÁLISE: UMA PERSPECTIVA A PARTIR DA INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Foi de fundamental importância não tomarmos apenas os documentos e leis como fontes para a nossa pesquisa, mas pesquisar as fichas dos alunos que cursaram o magistério no nosso recorte temporal.

No arquivo da Escola Normal, além de termos encontrado os documentos referentes à questão da abertura da escola, decretos de reconhecimento e mudança de nome, havia também algumas Atas de reunião e planejamento que irão contribuir para a construção da história da referida instituição através da nossa pesquisa. Nas fichas de matrículas e os históricos escolares dos alunos, encontramos informações para responder nossas questões através dos dados estatísticos. A seguir iremos expor algumas das informações que contribuíram para o enriquecimento da nossa pesquisa e para responder os nossos questionamentos.

Para obtermos nossos dados relacionados ao perfil dos alunos, analisamos as fichas por letras, da letra A à letra Z dentro do nosso recorte temporal (1986 – 2000).



Figura 4 - Arquivo da Escola Normal Profª Maria do Carmo de Miranda.
Fonte: Acervo da Pesquisa.

No arquivo, encontramos caixas com as fichas individuais dos alunos matriculados, a partir das quais, foi possível verificar informações referentes ao nome das alunas e alunos, à data de nascimento, à profissão, se já estariam inseridos nos mercado de trabalho, ao endereço residencial e ao endereço do estabelecimento de ensino anterior à Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda, ou seja, o estabelecimento de ensino de procedência dos mesmos. Pudemos constatar o número de alunas e alunos matriculados por turma para sabermos a porcentagem referente às matrículas de mulheres matriculadas em relação aos homens daquela instituição escolar. Em meio às caixas com as informações contidas nas fichas individuais que pesquisamos, além de todas as fichas com informações referentes aos alunos, encontramos uma ficha em branco, que estava rasurada. Mesmo assim, foi possível observar as informações que a mesma trazia. Segue o registro:

GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA SECRETARIA DA EDUCAÇÃO		FICHA INDIVIDUAL DO ALUNO 2º GRAU		MCO: 92	
1. DADOS GERAIS DO ALUNO	1.1	ESTABELECIMENTO DE ENSINO		1.2 C.R.E.D.	
	1.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	1.4	MUNICÍPIO		1.5 N.P.	1.6 TELEFONE
2. DADOS GERAIS DO ALUNO	REGISTRO DE MATRÍCULA				
	2.1	NOME DO ALUNO		2.2	SEXO
	2.3	DATA DE NASCIMENTO		2.4	ESTADO CIVIL
	2.5	NATURAL DE		2.6	PROF.
	2.7	ESTADO DE NASCIMENTO		2.8	FOTO
	2.9	TÍTULO DE ELEITOR Nº, SEÇÃO, ZONA, ESTADO EMISOR			
	2.10	CERTIFICADO DE RESERVA Nº, CATEGORIA, ESTADO EMISOR			
	2.11	Nº DE IMAGEM QUE ESTUDA		2.12	PROFISSÃO
	2.13	MUNICÍPIO			
	2.14	MUNICÍPIO			
3. DADOS GERAIS DO PAI	3.1	NOME DO PAI		3.2	TELEFONE
	3.3	NOME DA MÃE		3.4	PROFISSÃO
	3.5	MUNICÍPIO			
4. DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL	4.1	NOME DO RESPONSÁVEL		4.2	TELEFONE
	4.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	4.4	MUNICÍPIO			
5. DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL	5.1	NOME DO RESPONSÁVEL		5.2	TELEFONE
	5.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	5.4	MUNICÍPIO			
6. DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL	6.1	NOME DO RESPONSÁVEL		6.2	TELEFONE
	6.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	6.4	MUNICÍPIO			
7. DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL	7.1	NOME DO RESPONSÁVEL		7.2	TELEFONE
	7.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	7.4	MUNICÍPIO			
8. DADOS GERAIS DO RESPONSÁVEL	8.1	NOME DO RESPONSÁVEL		8.2	TELEFONE
	8.3	ENDEREÇO AV. JUIZ, Nº, BAIRRO			
	8.4	MUNICÍPIO			

Figura 5 - Ficha Individual do aluno.
Fonte: Acervo da pesquisa.

Pesquisamos todas as caixas de fichas compreendidas no nosso recorte temporal. Foram várias visitas no intuito de obtermos as informações necessárias.

Algumas estavam em estado razoável de conservação, em outras nos deparamos até com pequenos insetos. Notamos que as caixas com fichas de históricos dos anos 2000 eram as mais conservadas em relação às outras. Foi possível observar também que o arquivo estava acessível, porém, os funcionários quase não o utilizavam, caracterizando-se, assim, como um arquivo morto. Em relação aos documentos, acreditamos que os professores não costumam utilizá-los em suas aulas, infelizmente, pois os mesmos dizem muito a respeito da história daquela instituição escolar.

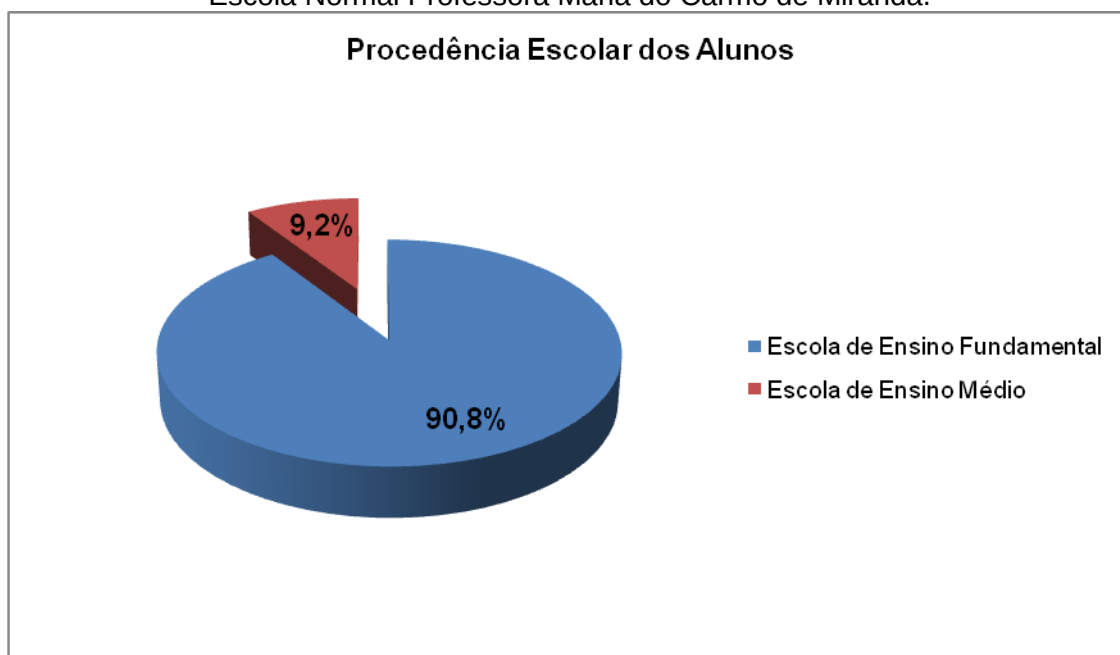


Figura 6 - Porta do arquivo da Escola Normal Profª Maria do Carmo de Miranda.
Fonte: Acervo da Pesquisa.

Em relação às instituições de procedência dos alunos que cursaram o ensino normal na Escola Normal Maria do Carmo de Miranda, foi possível constatar que a grande maioria veio de escolas de ensino fundamental. As escolas que mais apareceram nas fichas individuais eram escolas de nível fundamental e pública,

concentradas na grande João Pessoa. De acordo com os nossos cálculos, das 1.314 (mil trezentos e quatorze) fichas que analisamos, 1.193 (mil cento e noventa e três), ou seja, 90,8% dos alunos e alunas eram oriundos de escolas de nível fundamental, e 121 (cento e vinte e um), 9,2%, eram de escolas de nível médio. O gráfico a seguir permite uma visualização melhor dos dados:

Gráfico 1 - Procedência escolar dos alunos matriculados durante os anos de 1986 a 2000 na Escola Normal Professora Maria do Carmo de Miranda.



Fonte: Ficha individual do aluno – Arquivo da Escola.

Para um melhor entendimento acerca do resultado, apresentaremos também nossos números em tabela. Veja abaixo:

Tabela 1 - Procedência escolar dos alunos.

PROCEDÊNCIA ESCOLAR	
Alunos Egressos de Escola de Nível Fundamental	1.193 Alunos
Alunos Egressos de Escola de Nível Médio	121 Alunos

Fonte: Acervo da Pesquisa.

Constatamos também que, entre as instituições escolares de nível médio, as mais citadas foi o Lyceu Paraibano, que oferecia o 2º grau, ou seja, nível médio e o IEP¹², Instituto de Educação da Paraíba que oferecia na época pesquisada o ensino médio na modalidade normal.

Em relação aos alunos, que já tinham concluído o ensino médio no Lyceu Paraibano e procuraram o curso normal na busca de uma nova carreira, se os mesmos já tinham concluído o médio, acreditamos que não conseguiram um emprego em outra área ou não conseguiram ingresso numa universidade. Por isso, a busca pelo curso normal. É relevante citar que se trata de uma dedução, uma vez que, para ter certeza disso, seria necessária uma série de entrevistas com os ex-alunos.

Em relação ao Instituto de Educação da Paraíba - IEP, foi possível deduzir, analisando as fichas, que muitos vinham transferidos para dar continuidade ao mesmo curso em outra instituição escolar, que oferecia em João Pessoa a formação de professores, a saber: a Escola Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

Tabela 2 - Dados sobre os números de alunos matriculados no curso normal oriundos de escolas de ensino médio.

Escolas de Nível Médio	
Lyceu Paraibano	65 alunos
IEP	30 alunos
Outras Instituições	26 alunos

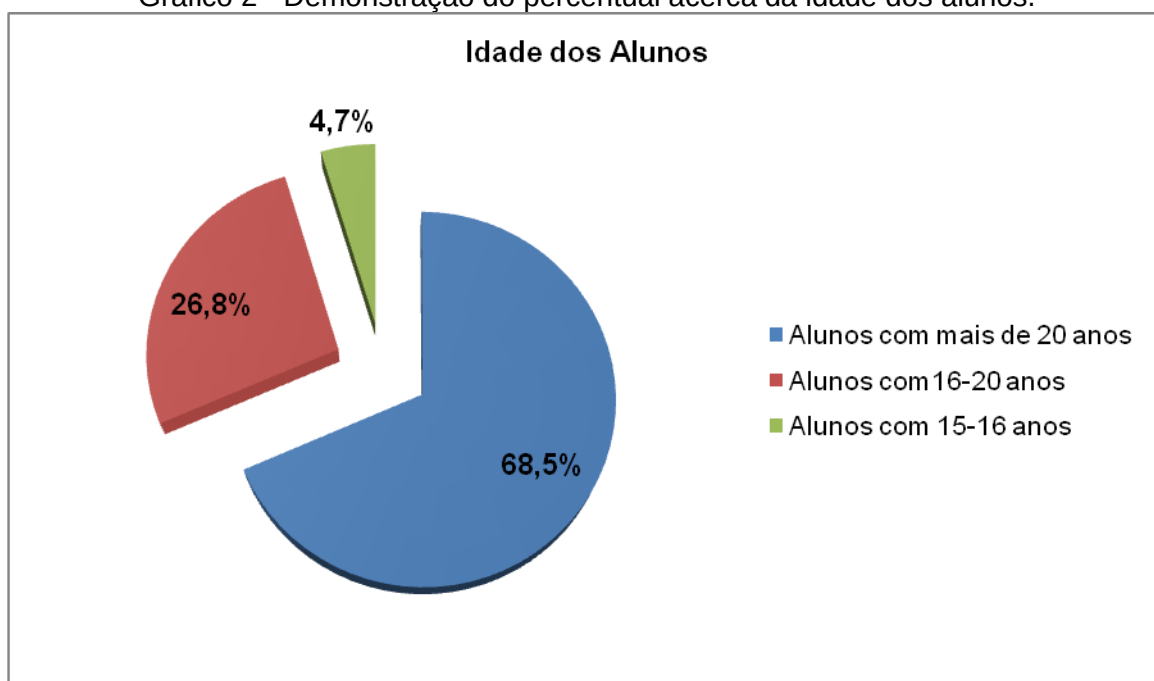
Fonte: Fichas individuais de alunos – Arquivo da Escola.

Quanto aos alunos que viam de escolas do ensino fundamental, estes almejavam se formar e ingressar na carreira docente com a conclusão do curso, pois o mesmo se tratava de um curso profissionalizante. Havia no estado muitas escolas do 2º grau, mediante a este fato é que deduzimos esta afirmação. Caso o aluno não almejasse a carreira docente, o mesmo poderia cursar o 2º grau em uma escola regular para depois tentar o ingresso em uma universidade.

¹² Em 19 de abril de 1939, ocorreu a inauguração do Instituto de Educação da Paraíba, o mesmo é responsável pela formação de muitos professores paraibanos.

No que se refere à idade dos alunos matriculados no curso normal, foi possível descobrir, com a análise das fichas individuais, que a maioria já tinha mais de vinte anos. Verificamos que das 314 (mil trezentos e quatorze) fichas dos alunos analisadas, 62 (sessenta e dois) alunos tinham entre 15 e 16 anos, ou seja, 4,71%, 352 (trezentos e cinquenta e dois) tinham entre 16 e 17 anos, ou seja, 26,79% e 900 (novecentos) alunos tinham mais de vinte anos, ou seja, 68,50%, a maioria. O gráfico abaixo expõe a divisão percentual dos alunos por idade matriculados no curso normal da Escola Profª Maria do Carmo de Miranda.

Gráfico 2 - Demonstração do percentual acerca da idade dos alunos.



Fonte: Arquivo da escola (ficha individual).

Das 1.314 fichas individuais que analisamos, 62 (sessenta e dois) alunos tinham entre 15 e 16 anos, 352 (trezentos e cinquenta e dois) alunos estavam com idade entre 16 e 20 anos; a grande maioria, 900 (novecentos) alunos se encontravam com idade superior a 20 anos. Observe a tabela abaixo:

Tabela 3 - Referente à idade dos alunos.

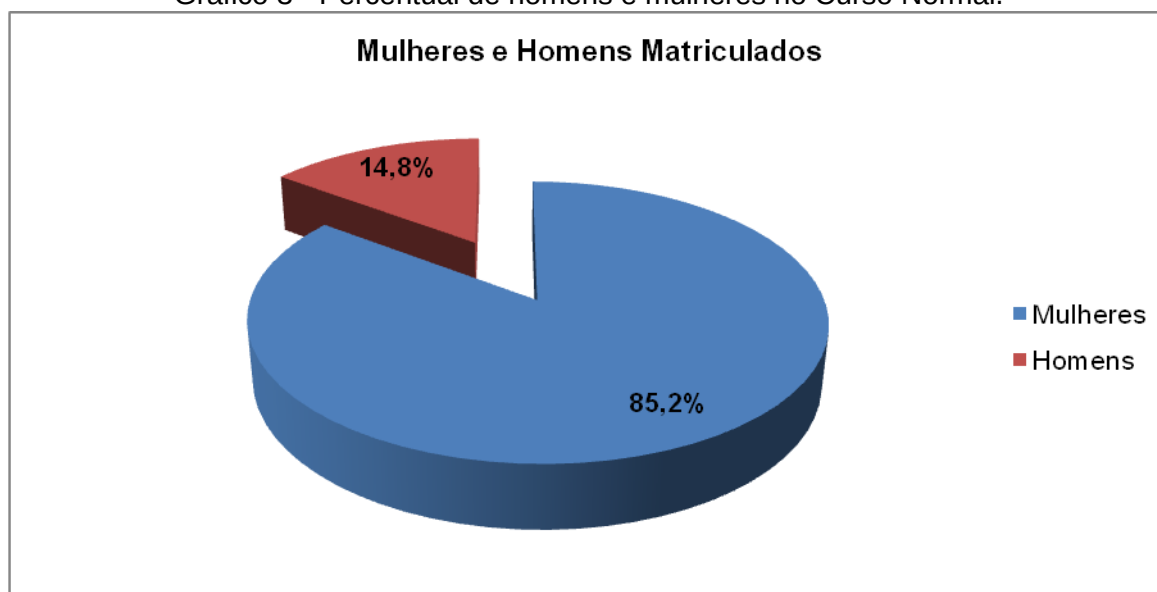
IDADE DOS ALUNOS	
Alunos com mais de 20 anos	900 alunos
Alunos com 16-20 anos	352 alunos
Alunos com 15-16 anos	62 alunos

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

No que concerne ao percentual por quantidade de alunas e alunos matriculados no curso normal, consideramos que a grande maioria é composta por mulheres. Esses dados vão confirmar a grande presença feminina nos cursos normais desde o século XX.

Acreditamos que o resultado da nossa pesquisa, em relação a grande presença feminina nas turmas da Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda, vem corroborar com a tradição de o magistério ser uma profissão quase que feminina, pelo menos no que se refere aos cursos normais. Não que seja absolutamente frequentado só por mulheres, porém, a literatura acerca da escola normal é unânime em concordar que se trata de um curso muito procurado pelo sexo feminino.

Gráfico 3 - Percentual de homens e mulheres no Curso Normal.



Fonte: Fichas individuais dos alunos.

Foi possível observar no gráfico acima que, nos dados obtidos através das fichas individuais dos alunos no arquivo escolar, no período de 1986 a 2000 na instituição pesquisada, no total de 1.314 (mil trezentos e quatorze) alunos, 1.120 (mil, cento e vinte) eram alunas, ou seja, 85,2% e apenas 194 (cento e noventa e quatro) eram alunos, ou seja, 14,8%. No terceiro capítulo, analisaremos os dados coletados e faremos um cruzamento com a bibliografia que discorre acerca desse tema. Vamos observar os resultados na tabela abaixo:

Tabela 4 - Diferença do número de mulheres e homens no curso normal.

MULHERES E HOMENS MATRICULADOS	
MULHERES	1.120 ALUNAS
HOMENS	194 HOMENS

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

Em relação à queda de matrículas no curso normal da Escola Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda, foi possível perceber que ocorreu uma queda no número de matrículas depois da publicação de LDB. Fizemos um levantamento do número de inscritos no curso normal da referida Instituição escolar desde 1988 a 2000. Elencamos alguns anos dentro do nosso recorte para expor melhor o que afirmamos acima.

Mostraremos nas tabelas os números de alunos matriculados nos três anos do curso normal, porém, faz-se necessário que tenhamos um olhar especial para com as turmas de 1º ano, uma vez que as mesmas demonstram a quantidade de alunos que procuraram cursar o ensino normal.

Quando analisamos as fichas dos alunos matriculados, o que nos chamou a atenção foi o grande número de matrículas, nos anos iniciais de funcionamento da referida instituição escolar. Durante alguns anos, seguiu da mesma forma, mas registramos em nossa pesquisa uma queda considerável na década de noventa que ocorreu até os anos 2000, fim do nosso recorte.

Iniciaremos com o ano de 1988, que tem a primeira turma concluinte da Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda. Vamos observar na tabela abaixo o grande número de alunos matriculados no 1º ano e nas demais turmas distribuídos nos três turnos.

Tabela 5 - Número de alunos matriculados no na Escola Normal Profª Maria do Carmo de Miranda.

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 1988	
TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
1º ANO	294
2º ANO	170
3º ANO	158

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

No ano de 1988, registramos um número alto de matrículas no 1º ano e nos demais, e a primeira turma de concluintes formou 158 (cento e cinquenta e oito) professores para atuar nos primeiros anos do ensino fundamental. Observem agora a tabela que expõe o número de matriculados no ano de 1992:

Tabela 6 - Alunos matriculados no ano de 1992 na Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 1992	
TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
1º ANO	512
2º ANO	284
3º ANO	120

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

Foi possível observar o crescimento do número de matrículas no ano de 1992, a turma do 1º ano registrou 512 (quinhentos e doze) alunos matriculados, distribuídos nos três turnos de funcionamento da escola. Um aumento considerável no número de matrículas.

Vamos analisar o número de alunos matriculados no ano de 1996, ano da publicação da nova LDB 9394/96. Obervem a tabela abaixo:

Tabela 7 - Número de alunos matriculados no ano de 1996 na Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO DE 1996	
TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
1º ANO	319
2º ANO	245
3º ANO	170

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

Para concluir, vamos expor o número de alunos matriculados no ano de 2000, quatro anos após a publicação da LDB 9394/96, depois de muito fervor no que concerne ao curso de formação de professores no ensino médio, modalidade normal. Segue a tabela:

Tabela 8 - Número de alunos matriculados no ano de 2000 na Escola Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

ALUNOS MATRICULADOS NO ANO 2000	
TURMAS	NÚMERO DE ALUNOS
1º ANO	109
2º ANO	23º
3º ANO	205

Fonte: Livro de matrículas dos alunos.

Como podemos observar, se fizemos um parâmetro entre os alunos matriculados no 1º ano que expusemos nas tabelas, há uma visível queda no número de matrículas do curso normal. Em 1988, registramos 294 (duzentos e noventa e quatro) matrículas no 1º ano. Já no ano de 1992, esse número subiu bastante para 512 alunos matriculados no mesmo ano; em 1996, ano da publicação da Lei 9394/96, foram matriculados 319 (trezentos e dezenove) alunos no 1º ano distribuídos e todos os turnos da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo da Miranda; e no ano de 2000 (quatro anos após a publicação da LDB) o número de matrículas do 1º ano caiu para 109 (cento e nove) alunos matriculados. Sendo assim, a procura pelo curso normal em nível médio caiu consideravelmente após a LDB 9394/96.

3.2 DE ESCOLA NORMAL ESTADUAL MINISTRO PEREIRA LIRA À ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROF^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA

A história da escola normal do Brasil surgiu entre o Império e a República, a mesma é apontada como o local de formação de professores para o magistério, a mesma também é responsável pela formação moral dos futuros professores da instrução primária.

A instituição escolar traz consigo a experiência de determinar e especificar os agentes que fazem parte dela. Dessa forma, os alunos e os professores estão inseridos nas mesmas, diferenciando-se, respectivamente, as funções de aprender e ensinar. Para Saviani (2008):

Se as escolas se configuram como locais especialmente preparados para viabilizar a adequada aprendizagem das novas gerações, com a sua disseminação e, finalmente, sua consolidação em sistemas nacionais destinados a prover a instrução de toda a população dos diversos países, surge a necessidade de se assegurar um preparo, também específico e adequado, dos professores que irão se responsabilizar pelo ensino no interior dos sistemas escolares. Daí, a iniciativa de se criar instituições escolares especificamente voltadas para a formação de professores (SAVIANNI, 2008, p.1).

Porém, é sabido afirmar que, na prática, o Estado nem sempre cumpriu seu papel diante da escola normal junto a instrução pública. Monarcha (1999) quando discute acerca da história da escola normal de São Paulo contribui para com nossa pesquisa, quando discorre acerca da precariedade das referidas instituições:

Tudo falta: regulamentos, uniformização de métodos didáticos, corpo de inspeção digno do nome, prédios escolares, material didático, compêndios, salários compatíveis com a importância do cargo, servidores do Estado, mestres qualificados, famílias responsáveis, discípulos dedicados. Tudo falha: o governo provincial, o professor de primeiras letras, a sociedade. Mas, principalmente, falha a escola normal, pois é incapaz de responder às urgências sociais, culturais e políticas da sua época (MONARCHA, 1999, p. 44).

Rocha (2008), pesquisando sobre a história da escola normal da Província da Bahia, também discorre acerca da precariedade na referida instituição, também nos deixa uma contribuição:

Em realidade, a escola normal não estava oferecendo condições para que seus concluintes, mestres e mestras, exercesse satisfatoriamente seu ofício, uma vez que havia poucos professores, responsáveis pela prática de ensino, havendo casos em que alguns alunos estavam terminando o curso normal sem a terem exercido (ROCHA, 2008, p. 51).

Na verdade, muitas produções historiográficas que tratam da história da formação docente, da gênese da escola normal, relatam a precariedade e o mau funcionamento das referidas instituições daquela época. São inúmeros casos de fechamento e reabertura das escolas normais no período imperial. É somente na segunda metade da República, apesar das lutas e dificuldades, que as mesmas vão melhor se estruturar.

É relevante salientar que, para pesquisar a história de uma instituição educacional, é relevante também compreendermos o contexto social em que a mesma está inserida. Dessa forma, o ano em que a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda foi fundada em 1986, um período de mudanças no que concerne à história do nosso país, pois foi um período de redemocratização do nosso país, após mais de vinte anos de Ditadura Militar. O nosso país, enfim, começava a dar novamente os primeiros passos num regime democrático.

Acerca da década de 1980, Nóbrega assegura que:

No Brasil, a década de 1980 caracterizou-se pela organização de movimentos de educadores e pela discussão sobre a formação de professores, tanto no que diz respeito às lutas salariais e por melhores condições de trabalho, quanto à melhoria da educação e da formação profissional, uma vez que essa década foi marcada pelo achatamento dos salários e índices alarmantes de fracasso escolar no ensino fundamental, tendo como consequência a desvalorização profissional dos educadores, ainda no início dos anos de 1990, embora, a promulgação da Constituição de 1988 tenha incorporado em seus princípios a valorização do professor (NÓBREGA, 2012, p. 27).

A Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira¹³, hoje, Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda¹⁴ situada na Rua Coronel João Luiz

¹³ O primeiro nome que a escola recebeu foi em homenagem ao mestre paraibano e professor, nascido em 23 de agosto de 1989 no município de Santa Rita, localizado na Paraíba e falecido em Brasília em 31 de maio de 1955.

¹⁴ Pedagoga e primeira administradora da Escola Normal Professor Ministro Pereira Lira, hoje denominada Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda, homenagem prestada após seu falecimento, em 01 de setembro de 1988.

Ribeiro de Moraes, no bairro de Jaguaribe, cidade de João Pessoa-PB, estava funcionando, desde sua criação em 04/03/1986, através do Decreto nº 11.261, publicado no Diário Oficial de 07/03/1986. Funcionou até a década de 1992 sem o reconhecimento do Conselho Estadual de Educação, ficando, assim, impossibilitada de expedir diplomas, fato este que contribuiu para o aumento da evasão escolar, uma vez que a grande preocupação dos alunos estava relacionado ao fato de, ao concluírem o curso, não poderem receber o diploma exigido para exercer suas funções como professores das primeiras séries do ensino fundamental.



Figura 7 - Fachada da Escola Normal Professora Maria do Carmo de Miranda.
Fonte: BARBOSA, 2014.

Em 1992, ano marcante no que concerne à história da instituição, foi feito um pedido de mudança de nome junto à Secretaria da Educação e Cultura, de Escola Estadual Ministro Pereira Lira para o atual nome, Professora Maria do Carmo de Miranda. O argumento seria o fato de a referida professora ter se doado bastante à escola, com muita dedicação, quando a referida instituição passou por muitas dificuldades, estando sempre disposta a vencer os desafios, comprometendo, inclusive, a sua própria saúde, cuja debilidade física a levou à morte. Esse argumento estava inserido ao Ofício que a instituição enviou à Secretaria de Educação e Cultura. Segue um trecho do Ofício:

[...] Conhecedores que somos do trabalho da Profª Carminha, junto ao Ensino Normal e especialmente à Escola Normal Ministro Pereira Lira que, com dedicação, administrou-a até a sua morte, consideramos o pleito em apreço o mínimo do reconhecimento que se pode demonstrar a uma educadora, do nível da Profª Maria do Carmo de Miranda, razão pela qual somos favorável à mudança do nome da Escola Ministro Pereira Lira.

Maria Cacilda Marques de Souza (Relatora)

João Pessoa, 16 de julho de 1992. Paraíba.

Através do Parecer nº 87/92 do Processo nº 2707/92, foi aprovada, em Sessão da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, em 23 de julho de 1992, a mudança do nome de Ministro Pereira Lira para Maria do Carmo de Miranda.



Figura 8 - Professora Maria do Carmo de Miranda.
Fonte: Acervo da internet.

Porém, a autorização para o reconhecimento do estabelecimento escolar só ocorreu em 1993, nos termos da Resolução nº 93/91, Art. 35, parágrafo único. Antes disso, havia sido solicitada a autorização à Câmara de 2º e 3º graus que opinou desfavoravelmente ao pleito, considerando as precárias condições físicas do prédio. A matéria foi levada ao conhecimento do Senhor Secretário da Educação e Cultura da Época que determinou as providências cabíveis.

Naquele período, estavam funcionando turmas de pré-escolar, hoje educação infantil, classes de alfabetização, hoje 1º ano e turmas de 1ª a 4ª séries do 1º grau, hoje denominadas de 1º ao 5º do ensino fundamental. Funcionavam também as três séries de habilitação em nível de 2º grau, hoje ensino médio na modalidade normal.

O processo devidamente instruído demonstrava que a escola disponibilizava das condições indispensáveis para a concessão de seu reconhecimento, o qual deveria possibilitar a convalidação dos estudos até então oferecidos em conformidade com a legislação, que vigorava no referido período, para que os alunos já concluintes também tivessem direito aos diplomas expedidos pela mesma.

O Conselho Estadual de Educação da Paraíba reconheceu a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda, sediada nesta capital, e atribuiu outras providências à mesma no uso de suas atribuições e com fundamento no Parecer nº 02/93, exarado no Processo nº 279/92, oriundo da Câmara de 2º e 3º graus, aprovado em Sessão Plenária realizada em 21 de janeiro de 1993.

O mesmo estabeleceu que:

Art. 1º – o reconhecimento teria validade por um período de 06 (seis) anos, a referida instituição escolar, poderia oferecer Educação Pré-escolar do 1º grau e habilitação para o magistério nas séries iniciais do 1º grau.

Art. 2º - convalidou os estudos anteriormente realizados, desde que cumpridas as exigências legais.

Art. 3 - afirmou que a presente Resolução entrava em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Presidente e Relator, João Batista Correia Lins Filho.

João Pessoa/ Paraíba (Paraíba, 1993).

Durante as inúmeras visitas feitas à instituição pesquisada, encontramos um documento denominado de Plano Global, que trazia muitas informações acerca do planejamento da gestão do ano de 1992 e almejava desenvolver na escola. Acreditamos que as informações inseridas no Plano Global irão ajudar no que diz respeito ao enriquecimento da nossa pesquisa, mas é relevante informar que não foi possível verificar se de fato a gestão concretizou tudo o que estava descrito no mesmo. Iremos expor por acreditarmos que irá trazer pistas e informações para acrescentar informações sobre a referida instituição.

Na década do seu reconhecimento, em 1992, a escola elaborou um Plano Global de Trabalho que seria anualmente confeccionado. A primeira preocupação da mesma foi de não perder de vista a realidade do setor educacional, especificamente do estado da Paraíba. A gestão entendia que a educação não poderia ser analisada separadamente do contexto social. Segundo a gestão, a escola refletia, na verdade, as questões econômicas, sociais e políticas da sociedade. Para Maria do Socorro Rocha Valadão (diretora), Maritônia Pedro da Silva (adjunta) e Mário Sérgio Araújo (adjunto), o desafio não estava na elaboração do Plano, mas na sua execução, uma

vez que a escola teria que acreditar na sua ação para, de fato, proporcionar uma transformação, diante do quadro de desvalorização do ensino público. As dificuldades eram muitas, embora houvesse entusiasmo também para que tudo desse certo.

Havia na escola 57 dependências com 36 turmas distribuídas nos três turnos, assim distribuídos: pré-escola: 02 turmas, alfabetização: 03 turmas, 1ª série: 02 turmas, 2ª série: 02 turmas, 3ª série: 01 turma, 4ª série: 01 turma. Em relação às turmas do magistério, estavam divididas da seguinte forma: 1º ano do magistério: 12 turmas, 2º ano: 08 turmas e 3º ano: 05 turmas.

O corpo docente era formado por 13 professores polivalentes, 50 professores licenciados que atuavam em diversas disciplinas, 13 professores *pro tempore*, 02 regentes de ensino, além de 06 professores que atuavam na prática de ensino. A equipe técnica da escola era constituída de psicólogos (5), supervisores (4) e orientadores (3).

De acordo com o Plano Global, a escola pretendia desenvolver junto à comunidade um modelo mais democrático de gestão, por isso, a formação de um Conselho Escolar, no qual pessoas que estavam inseridas na comunidade escolar participassem das decisões antes tomadas só pela gestão escolar. A referida instituição almejava assegurar uma ação coletiva, envolvendo a comunidade, viabilizando um processo educativo e democrático, constituindo canais alternativos de ação concreta da comunidade na vida escolar. De acordo com Gadotti:

A gestão democrática exige, em primeiro lugar, uma mudança de mentalidade de todos os membros da comunidade escolar. Mudança que implica deixar de lado o velho preconceito de que a escola pública é do estado e não da comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática, pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola (GADOTTI, 1994, p.2).

Gadotti (1994) ainda aponta que uma escola pública popular e democrática supõe a democratização de sua gestão. A democratização do acesso e uma nova qualidade de ensino, que recoloca a questão da função social da escola.

Sendo assim, a democratização da gestão escolar, supõe a participação da comunidade em suas decisões. A participação da comunidade escolar não deve

ficar restrita apenas aos processos administrativos, mas participar da mesma forma nos processos pedagógicos, inseridos, assim, também na aprendizagem dos alunos.

De acordo com o Plano Anual, assim como muitas escolas normais, a mesma também enfrentava diversos problemas, como a escassez de recursos didáticos, problemas referentes à instalação do prédio em que funcionavam as aulas, a falta de profissionais técnicos e agentes administrativos, o número do pessoal de apoio, bem como os profissionais da limpeza. Era incipiente resolver alguns problemas que faziam parte do cotidiano escolar, como a conservação de limpeza do prédio, a questão do currículo defasado e o baixo salário que os professores recebiam.

Segundo o Plano Anual, para solucionar os problemas citados acima, a escola deveria definir metas a serem desenvolvidas, bem como optar por uma pedagogia que surgisse de todos os envolvidos naquela comunidade escolar. Ficaria impossível assegurar o processo de democratização, sem eleições diretas para gestores e formação de um Conselho Escolar para que todos gerissem de forma mais ampla a mesma.

Era evidente o grande desafio que a Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda tinha para enfrentar no que concerne à formação dos futuros professores, uma vez que a mesma não tinha recursos didáticos necessários e condições adequadas de trabalho junto a seus professores e alunos. Cabe em um trabalho posterior investigar se a gestão conseguiu sanar os problemas citados acima.

3.3 OS ALUNOS DA ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROF^a MARIA DO CARMO DE MIRANDA

O professor disserta sobre um ponto difícil do programa. Um aluno dorme, cansado das canseiras desta vida. O professor vai sacudi-lo? Vai repreendê-lo? Não. O professor baixa a voz com medo de acordá-lo.

Carlos Drummond de Andrade

Na epígrafe acima, observamos um professor diante de uma situação muitas vezes repetida no cotidiano escolar. Um aluno dormindo durante a aula. Muitas vezes, o mesmo vai à escola depois de um dia corrido, depois de enfrentar lutas diárias. Podemos interpretar também uma vida difícil de alguém que procura vencer

os obstáculos através da educação. Podemos também lançar um olhar para a figura do professor que muitas vezes se depara com um aluno disperso, mas, ao invés de reclamá-lo, compreende e o auxilia. Este pode ser um comportamento também de uma professora ou um professor primário que muitas vezes se depara com crianças carentes de atenção ou cuidados. Dessa forma, geralmente, as professoras primárias acabam desempenhando o papel da família, compreendendo e cuidando dos seus alunos.

Durante nossas visitas à Escola Normal Prof^a Maria do Carmo de Miranda para a coleta de dados, analisando as fichas individuais dos alunos, deparamo-nos com muitas fichas que traziam informações acerca do perfil dos alunos que procuravam à referida escola. Geralmente se tratava de alunos oriundos de escolas públicas e que residiam em bairros localizados em periferias da grande João Pessoa.

Os dados coletados indicam que a maioria dos alunos do curso normal da Escola Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda está na faixa etária que compreende mais de vinte anos (68,5%). É sabido afirmar que a idade constitui uma das marcas do trabalho de um professor, bem como algumas questões que se relacionam para com o mesmo, no que tange a renovação do quadro docente, ou a aceitação e exercício de novas concepções pedagógicas no exercício docente. Porém, o que percebemos também é que, nessa idade, os futuros professores já se encontram numa fase de novas experiências com o mercado de trabalho, com a carreira na área da educação.

Acreditamos que muito alunos, que procuravam a formação docente, buscavam uma oportunidade de trabalho, a grande maioria, como já foi exposto no Gráfico 1, referente à procedência escolar no capítulo II, é composta por alunos oriundos do Ensino Fundamental. Com este resultado, podemos deduzir que os mesmos poderiam cursar o ensino médio regular, antigo 2º grau, porém, a escolha pelo curso normal nos indica uma escolha por um curso profissionalizante, formação de professores. Com isso, estes alunos buscavam uma oportunidade de trabalho na carreira docente, depois que concluíssem o curso.

Para conhecer o perfil dos alunos que procuravam o curso normal de formação de docentes para nível médio, analisamos as 1.314 (mil, trezentos e quatorze) fichas individuais dos alunos do curso de 1986 a 2000, cedidas pela escola normal, localizadas no arquivo da mesma. Foram investigadas as instituições

de procedência, sua faixa etária, a quantidade de homens e mulheres por turmas concluintes e o número de matrículas por ano, a fim de verificarmos se o número de matrículas diminuiu com a publicação da LDB 9394/96. Pudemos observar também muitas outras informações que as fichas continham, por exemplo, a região de onde os alunos viam e os bairros aos quais residiam. No entanto, optamos por focar nas instituições que os mesmos tinham estudado, se eram de ensino fundamental (90,8%) ou médio (9,2%). É relevante citar que a grande maioria veio de escola pública.

Vidal (2008), no artigo “Lá vem o bonde das Normalistas”, cita os bairros nobres onde as estudantes do curso normal do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, moravam na década de 1930. No mesmo artigo ainda afirma que:

[...] eram filhas de médicos e outros profissionais liberais, de funcionários públicos e pessoas do comércio. Em geral, adquiriam o gosto pelo magistério em casa, com as mães, também professoras. Escolhiam a profissão, porque raras eram as oportunidades de trabalho fora do lar (VIDAL, 2008, p.239).

Neste caso, ou em casos mais antigos, vimos que, no Brasil, há muitos anos, a formação de professores primários se dava em colégios religiosos privados ou até mesmo nos liceus para as moças da elite comportadas e muito bem uniformizadas, que procuravam a profissão para dar continuidade e melhorar seus traços maternos e obter uma profissão que melhor adequasse a mulher brasileira.

Nos dias hodiernos, é sabido afirmar que há uma grande mudança nas características dos alunos ou alunas que procuram o curso de formação de professores para atuar no ensino fundamental, nas primeiras séries. Nos dias atuais, os motivos responsáveis pela procura pelo curso normal são meramente econômicos.

Segundo os resultados consolidados nas análises do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM - INEP/MEC, 2008), o perfil socioeconômico de quem escolhe o magistério é constituído por alunos que apresentam muita dificuldade com a língua, com a leitura, escrita e compreensão de textos, a maioria proveniente dos sistemas públicos de ensino que tem apresentado nas avaliações um baixo desempenho no que concerne à qualidade da educação. Trata-se de alunos que enfrentaram muitas dificuldades para completar o ensino fundamental e chegar ao

ensino médio na modalidade normal. Em sua grande maioria, são estudantes que provavelmente tiveram muitas restrições financeiras e, devido a este fato, tiveram quase nenhum recurso para investir no seu crescimento cultural, bem como o acesso à leitura, cinema, teatro, exposições culturais e outros aspectos que são necessários para o nosso crescimento cultural. Acreditamos que estes são alguns motivos que estão relacionados a alguns problemas educacionais, uma vez que, para melhorar a qualidade da educação, precisamos melhorar a formação dos professores.

Nossa pesquisa aponta que os estudantes procuraram o curso normal vêm de classes sociais desfavorecidas economicamente, estudaram em escolas públicas e a grande maioria vem do ensino fundamental. Os mesmos procuravam obter um emprego, através do diploma do curso, visto que se tratava de um curso profissional.

Em relação ao interesse que levava os alunos a procurarem o curso normal, podemos elencar alguns. Lembro-me enquanto aluna que tive a oportunidade de conhecer diversas histórias de alunos e alunas e o porquê dos mesmos terem ido cursar o ensino médio na modalidade normal. Uns procuravam o curso por se tratar da facilidade que tinha em ingressar no mesmo e de concluir também, uma vez que, para entrar, muitas vezes, o aluno não passava nem por uma seleção, e quando havia tal seleção, era muito simples, devido ao fato de muitos adolescentes ou jovens procurarem ao curso normal na instituição pesquisada. Como a grande maioria vinha de escola pública, muitas vezes, não se achavam capazes de procurar outra instituição mais rígida. Há também os casos de alunos que procuravam cursar o magistério por opção mesmo, por acreditarem que poderiam ser bons professores de ensino fundamental e almejavam a carreira para trilhar novos caminhos na educação.

Havia também os alunos que viam o curso normal como um trampolim, que almejavam logo após a conclusão do mesmo: conseguir um emprego como professor e ganhar algum dinheiro para pagar um curso universitário, pois não cogitavam nem a possibilidade de conseguir uma vaga numa Universidade Federal, dessa forma, indo contra a legislação que pregava que o ensino médio na modalidade normal, além de formar professores, também capacitaria os mesmos para passar em um vestibular.

Percebemos com a pesquisa que muitos alunos tinham mais de vinte anos, estavam fora da faixa-etária para as séries que estavam cursando. Isto representava

uma possível dificuldade de aprendizagem, porém, poderíamos deduzir que as mesmas demonstravam certo interesse pelo curso, mesmo sabendo das dificuldades, estudavam para conseguir se adequar às exigências que havia naquele momento no que concerne à formação de professores.

Como mostramos acima, com relação ao perfil do aluno que encontramos nos corredores da escola normal, o que pudemos constatar que o perfil encontrado nos alunos de um curso de formação de professor está longe do idealizado, uma vez que, para ser um professor, numa época de redemocratização da República, teríamos que ter um profissional demasiadamente preparado e capaz. O que vimos na prática foram estudantes que enfrentavam diversas dificuldades para receber de fato uma boa formação.

No que concerne à faixa etária, os alunos mais jovens, entre 16 a 20 anos, são egressos do último ciclo do ensino fundamental, sobretudo, de escolas públicas. Estavam normalmente cursando a série correspondente à idade, e, a grande maioria estava matriculada no período diurno.

Dos alunos com mais de vinte anos, a grande maioria veio de escolas públicas de nível fundamental, estava fora da faixa etária em relação às séries cursadas. Porém, foi constatado, em nossos dados, que havia alguns alunos que eram egressos de escolas de 2º grau, ou seja, ensino médio e, entre estes, muitos estavam matriculados no período noturno, devido aos mesmos estarem inseridos já no mercado de trabalho ou almejando um emprego no período diurno.

Portanto, o que pudemos perceber é que, no que se refere à procedência escolar dos alunos que ingressaram no curso normal, a maioria é egressa do ensino fundamental em escolas públicas. No que se refere à faixa etária, foi possível verificar, nos dados na nossa pesquisa, que o maior número de alunos matriculados tinha mais de vinte anos, a grande maioria deles vinha de escolas de nível fundamental. No entanto, foi apresentada uma tabela, na qual pudemos observar um pequeno número de professores egressos do ensino médio, sobretudo, nas instituições Lyceu Paraibano e IEP.

É sabido afirmar que o Lyceu Paraibano é uma importante instituição escolar de ensino médio, antigo 2º grau da região metropolitana de João Pessoa. Interessante é ver que alguns alunos matriculados no curso normal, durante nosso recorte temporal, eram oriundos da referida instituição. Como não tivemos a oportunidade de entrevistar nenhum aluno que estudou no Lyceu Paraibano antes

de se matricular no curso normal, deduzimos que os mesmos procuraram a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda almejando um diploma de um curso profissionalizante para ingressar na carreira docente, para ter uma profissão com o objetivo de conseguir um emprego.

Quando encontrávamos fichas de alunos oriundos do I.E.P, questionávamos o porquê de sair de uma instituição que oferecia um curso normal para ir estudar em outra que oferecia a mesma modalidade de ensino médio. Porém, fica difícil afirmar com certeza a razão pela qual os alunos pediram transferência do I.E.P para a Escola Normal Profª Maria do Carmo de Miranda, uma vez que não optamos por realizar entrevistas com os sujeitos da nossa pesquisa. Provalmente, em estudos posteriores, saibamos o real motivo responsável pela transferência de uma instituição para outra que oferece a mesma modalidade de ensino.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta profissão precisa de se dizer e de se contar: é uma maneira de a compreender em toda a sua complexidade humana e científica. É que ser professor obriga a opções constantes, que cruzam a nossa maneira de ser com a nossa maneira de ensinar e que desvendam na nossa maneira de ensinar a nossa maneira de ser.

Nóvoa

O presente trabalho procurou compreender de que forma ocorreu a formação de professores nas instituições escolares que fornecia o curso normal. Bem como as leis que determinaram as diretrizes para o funcionamento do curso nas escolas normais, sobretudo, na Escola Estadual prof^a Maria do Carmo de Miranda. Com isto, procuramos contribuir na construção da história da referida instituição.

Desse modo, fomos atrás de fontes dentro do arquivo escolar da própria instituição para responder nossos questionamentos no que concerne ao perfil dos alunos. Procuramos informações acerca da procedência escolar dos alunos da Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda e descobrimos que a maioria era oriunda de escola pública e do ensino fundamental. No que tange à faixa etária dos alunos, constatamos que a grande maioria tinha mais de vinte anos; quanto ao gênero, pudemos perceber que a escola normal a qual pesquisamos não fugiu do resultado mais óbvio quando se trata da presença feminina no curso normal. Desde o seu surgimento, o quadro de alunos é composto em sua maioria por mulheres.

Para responder nosso questionamento acerca do número de matrículas no curso normal, após a publicação da LDB 9394/96, analisamos as fichas individuais de matrículas dos alunos para verificar se houve queda da procura pelo magistério oferecido pela Escola Normal Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda e pudemos constatar que realmente ocorreu. Devido à determinação do Art. 62 que sugeriu que os professores, para lecionar nas primeiras séries do ensino fundamental, preferencialmente, deveriam ter formação em nível superior.

Destarte, a LDB nº 9394/96, de certa forma, foi responsável pela queda dos números de matrículas no curso normal, bem como impulsionou, consideravelmente, a procura pela formação em nível superior. Foi possível perceber no Capítulo II desta pesquisa que, fazendo um parâmetro entre o número de matrículas dos

primeiros anos de funcionamento de Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda com os anos que sucederam o ano de publicação da Lei 9394/96, é perceptível a diminuição de matrículas no curso de magistério oferecido na referida instituição. Como exposto nos quadros que estão localizados no Capítulo II, fizemos um levantamento do número de matrículas dos anos que elencamos para demonstrar, compreendidos entre 1988 a 2000, e verificamos que houve uma significativa queda na procura pelo curso normal, respondendo os nossos objetivos.

Para tanto, fomos à busca de respostas para as nossas questões, pesquisando as fontes documentais da instituição e fichas individuais dos alunos para verificarmos a importância da escola normal na formação docente.

No transcorrer da nossa pesquisa, dialogamos com Sanfelice (2007), Magalhães (2004), Saviani (2007), entre outros, na abordagem da história das Instituições escolares. Nesse sentido, fomos convidados a conhecer os estudos de Monarcha (1999), Kulesza (1998), Araújo (2008), Novaes (1984), Balão (2011) entres outros que discorreram acerca do tema.

Ao longo do primeiro capítulo, buscamos apresentar uma retrospectiva histórica da escola normal no Brasil, abordamos a evolução e as crises que se fizeram ao longo da história da referida instituição escolar. A partir dessa perspectiva, achamos relevante destacar as principais leis para com a formação dos professores, pois, para nosso entendimento, as mesmas foram responsáveis ora pela melhoria, ora pela desvalorização da profissão docente. Entretanto, vimos que, na sua maioria, a legislação contribuiu para a organização e valorização dos professores.

Destarte, foi possível perceber que as reformas educacionais almejavam transformar e melhorar a formação docente do país. É mister citar que algumas não foram concretizadas e outras não.

Quanto à história da Escola Estadual Prof^a Maria do Carmo de Miranda, localizada à Rua Coronel João Luiz Ribeiro de Moraes, 279, Jaguaribe, João Pessoa/PB, foi criada a Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira, em 04 de março de 1986, através do Decreto nº 11.261, assinado pelo então governador em exercício, José Carlos da Silva Júnior e pelo Secretário da Educação do Estado, Prof. José Loureiro Lopes, no Governo de Wilson Leite Braga. A partir deste Decreto, foi possível perceber que a referida instituição surgiu em um período de redemocratização do país para formar professores. Sua primeira diretora, designada

para responder pelo cargo de Administradora Escolar para gerir a escola, foi a professora Maria do Carmo de Miranda. Por tamanha dedicação e competência, em 1992, Maria do Carmo recebeu a homenagem da instituição escolar na qual ocupou o cargo de primeira diretora geral com a mudança do nome de Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira para seu referido nome “Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda”.

A escola, assim como as outras, oferecia além do curso normal também o ensino fundamental, e servia de “laboratório” para a aprendizagem das futuras professoras que experimentavam, naquele espaço, os primeiros passos como professores.

Foi possível conhecer aspectos que faziam parte da estrutura organizacional da instituição escolar e um Plano Global que a primeira gestão elaborou com o intuito de democratizar as normas escolares e conquistar toda a comunidade escolar para participar mais efetivamente do cotidiano escolar.

No segundo capítulo, apresentamos os caminhos trilhados para a realização do nosso trabalho junto às fontes. Durante nossas pesquisas, fomos muitas vezes à instituição e, além de visitarmos o arquivo, procuramos muitas vezes por documentos na própria secretaria, onde foram encontradas algumas fontes que puderam subsidiar nosso trabalho.

Discorremos acerca da importância da conscientização dos funcionários que trabalham no arquivo escolar para a preservação dos documentos que a escola guarda, e muitas vezes não naquele ambiente.

À medida que avançamos, tivemos o cuidado de expor o nosso levantamento bibliográfico de autores pesquisados para dialogarmos durante no nosso texto.

Ao final do segundo capítulo, percebemos, diante das fichas individuais dos alunos, que 90,8% dos alunos eram egressos do ensino fundamental e apenas 9,2% de escolas do ensino médio. No que concerne à idade dos alunos, 68,5% tinham mais de 20 anos e, possivelmente, estavam fora da faixa etária. Em relação à presença feminina na Escola Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda, constatamos que 85,24% eram compostos de alunas, ou seja, a grande maioria indo de encontro a um quadro existente desde o surgimento do magistério.

Por fim, no terceiro capítulo, realizamos o cruzamento dos nossos resultados com a bibliografia referente ao nosso tema. No que concerne ao perfil dos alunos, deduzimos que grande parte era oriunda de uma classe menos favorecida devido

aos bairros periféricos nos quais residiam e através das escolas de onde eram egressos, que na sua maioria eram escolas públicas.

No que diz respeito à faixa etária, ficou claro que a grande maioria dos alunos que cursava o magistério durante o nosso recorte temporal, tinha mais de vinte anos e estavam fora de faixa, provavelmente, por apresentarem algumas dificuldades de aprendizagem.

Concluimos que a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda foi criada na década de 1980 em um período de redemocratização da nação. A imagem do professor, nessa época, foi relacionada a um profissional que poderia ser bastante útil para a melhoria da nossa sociedade no que concerne à conscientização da sociedade diante da democracia.

Portanto, a escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda é, desde a sua criação, responsável pela formação docente da educação básica. A mesma sobreviveu fortemente a muitas crises, porém, até o ano de 2014, continuou oferecendo o ensino médio na modalidade normal com sua última turma concluinte. Durante o ano corrido (2015), não registrou nenhuma matrícula no magistério. Devido à falta de procura, a instituição não abriu nenhuma turma do magistério, e hoje, funciona com turmas do ensino médio regular e com turmas do curso profissionalizante de secretariado.

REFERÊNCIAS E FONTES

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. Ed. Unesp. São Paulo, SP, 1998.

ALMEIDA, Jane Soares de. A feminização do Magistério ao longo do século XX. In: **O Legado Educacional do Século XX no Brasil**. 2º ed. Campinas, SP. Autores Associados, 2006.

ANDRADE, C. D. Mosaico de Manuel Bandeira. In: BANDEIRA, M. **Bandeira a vida inteira**. São Paulo, SP. Edições Alumbamento Instituto Nacional Livro, 1986.

BALÃO, Regina. **Curso de Formação de Professores primários: vida e morte: a experiência de uma escola estadual – 1964 a 2004**. (Dissertação de Mestrado) São Paulo, SP. Universidade de São Paulo, 2001.

BARBOSA, Maria das Graças de Cruz. **História e memórias de vida professoral: Maria do Carmo de Miranda nas Configurações do Magistério (1960-1988)**. (Dissertação de Mestrado). João Pessoa, PB. UFPB, 2014.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da Educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.10. Jul./Dez. 2005.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional**. Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Referenciais para Formação de Professores**. Brasília: MEC/SEF, 1999.

CASTANHO, Sérgio. Institucionalização das Instituições Escolares: final do Império e Primeira República no Brasil. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura [et al.]. **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

DAROS, Maria das Dores; DANIEL, Liziany Silveira. O curso Normal em Santa Catarina: o processo de construção de um projeto de formação de professores coadunado com os ideais de nacionalização. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

DIAS, Marcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

GADOTTI: Moacir. **Gestão Democrática e Qualidade de Ensino, 1º Fórum Nacional: Desafio da Qualidade Total de Ensino Público**. Minas Gerais, jul. 2004.

KULESZA, Wojciech Andrzej. A institucionalização da Escola Normal no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.79, n.193. p. 35-62. set/dez, 1998.

_____. Formação Histórica da Escola Normal da Paraíba. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos: história das instituições escolares**. Bragança Paulista-SP: Universidade de São Francisco, 2004.

MELO, Pedro Antônio; LUZ, Rodolfo Joaquim Pinto. **A Formação Docente no Brasil**. Instituto de Pesquisa e Estudos em Administração Universitária, Florianópolis, SC. 2005.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e Educação: a construção da memória educativa. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.10, jul/dez, 2005.

MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora das Unicamp, 1999.

NÓBREGA, Sheva Maria da; COUTINHO, Maria da Penha de Lima. O teste da Associação livre de palavras. In: COUTINHO, Maria da Penha de Lima [et al.]. (orgs). **Representações sociais: abordagem interdisciplinar**. João Pessoa, PB. UFPB, 2003.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária: mestra ou tia**. São Paulo, SP. Cortez, 1984.

NÓVOA, António. **Vidas de Professores**. Porto, PT. Porto Editora, 1997.

NÓVOA, António. **O Processo Histórico de Profissionalização do Professorado**. Profissão Docente. 2 ed. Porto, PT. Porto Editora, 2011.

NUNES, Antonietta d'aguiar. Dossiê Temático: Fontes Documentais para a História da Educação. **Práxis Educacional**. Vitória da Conquista, BA. n.2, p.187-206. 2006

ROCHA, Lúcia Maria da França. A Escola Normal na Província da Bahia. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

ROMANELLI, Otaíza De Oliveira. **História da Educação no Brasil: (1930-1973)**. 35 ed. Editora Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

ROSA, Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro, RJ. Nova Fronteira, 1967.

SÁ, Nicanor Palhares; SÁ Elizabeth Figueiredo de. Escola Normal de Cuiabá: formar professores para lapidar almas. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

SANFELICE, José Luis. História das Instituições Escolares. In: NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. [et al]. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica**, p. 75-93. Campinas-SP. Autores Associados, 2007.

SANFELICE, José Luis. **História das Instituições escolares: desafios teóricos**. Série Estudos- Periódico do Mestrado em Educação da UCDB. Campo Grande, MS, n.25, p.11-17, Jan/Jun, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A Nova Lei da Educação: Trajetória, limites e perspectiva**. 2 ed. Campinas, SP. Autores Associados, 1997.

_____. Breves Considerações Sobre Fontes para a História da Educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, n. especial, p.28-35, ago. 2006.

_____. (orgs). **Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução Histórica**. Campinas, SP. Autores Associados, 2007.

_____. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

_____. **Formação de Professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro**. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.40, jan/abr, 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da Formação de Professores. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo, n.14, p.61-88, mai/jun/jul/ago. 2000.

VIDAL, Diana Gonçalves. Arquivos Escolares: desafios à prática e à pesquisa em história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**. n.10, jul./dez. 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. 3 ed. Brasília- Liber Livro, 2011.

VILLELA, H. A Primeira Escola Normal do Brasil. In: NUNES, C. (org). **O passado sempre presente**. São Paulo, SP, Cortez, 1992.

VILLELA, Heloísa de Oliveira. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, E. M. T; FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G (org). **500 anos de Educação no Brasil**. P.95-134, Belo Horizonte, BH. Autêntica, 2000.

VILLELA, Heloísa de Oliveira. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua

Carvalho Lopes (orgs). **As escolas normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP. Editora Alínea, 2008.

WEBER, Silke. **Profissionalização Docente e Políticas Públicas no Brasil**. Educ. Soc. Campinas, vol.24, n. 85, p.1125-1154, dezembro, 2003.

ANEXOS

ANEXO A - Decreto de Criação da Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo de Miranda, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba (no final da página, do lado direito) nº 11.256 de 04 de março de 1986

DECRETO Nº 11.256 de 04 de março de 1986.

Cria a Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira, nesta Capital, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1ª e 2ª Graus Cônego Luiz Gonzaga de Oliveira, Padrão B, no Conjunto Residencial Mangabeira I, nesta Capital.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação

DECRETO Nº 11.257 de 04 de março de 1986.

Cria a Escola Estadual de 1ª Grau São Sebastião, na cidade de Campina Grande, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1ª Grau São Sebastião, Padrão A-1, no Bairro do Alto Branco, na cidade de Campina Grande.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação

DECRETO Nº 11.258 de 04 de março de 1986

Cria a Escola Estadual de 1ª Grau José Batista Neto, no município de Sousa e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1ª Grau José Batista Neto, Padrão A-1, no sítio Calçara, município de Sousa.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação

DECRETO Nº 11.259 de 04 de março de 1986.

Cria a Escola Estadual de 1ª Grau Profª Maria Jacy Costa, nesta Capital, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1ª Grau Profª Maria Jacy Costa, Padrão A-3, no Conjunto Residencial Mangabeira II, nesta Capital.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação

DECRETO Nº 11.260 de 04 de março de 1986.

Cria a Escola Estadual de 1ª Grau Pedro Lins Vieira de Melo, nesta Capital, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1ª Grau Pedro Lins Vieira de Melo, Padrão A-3, no Conjunto Residencial Mangabeira I, nesta Capital.

Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação

DECRETO Nº 11.261 de 04 de março de 1986.

Cria a Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lima, nesta Capital, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 61, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lima, Padrão B, nesta Capital.

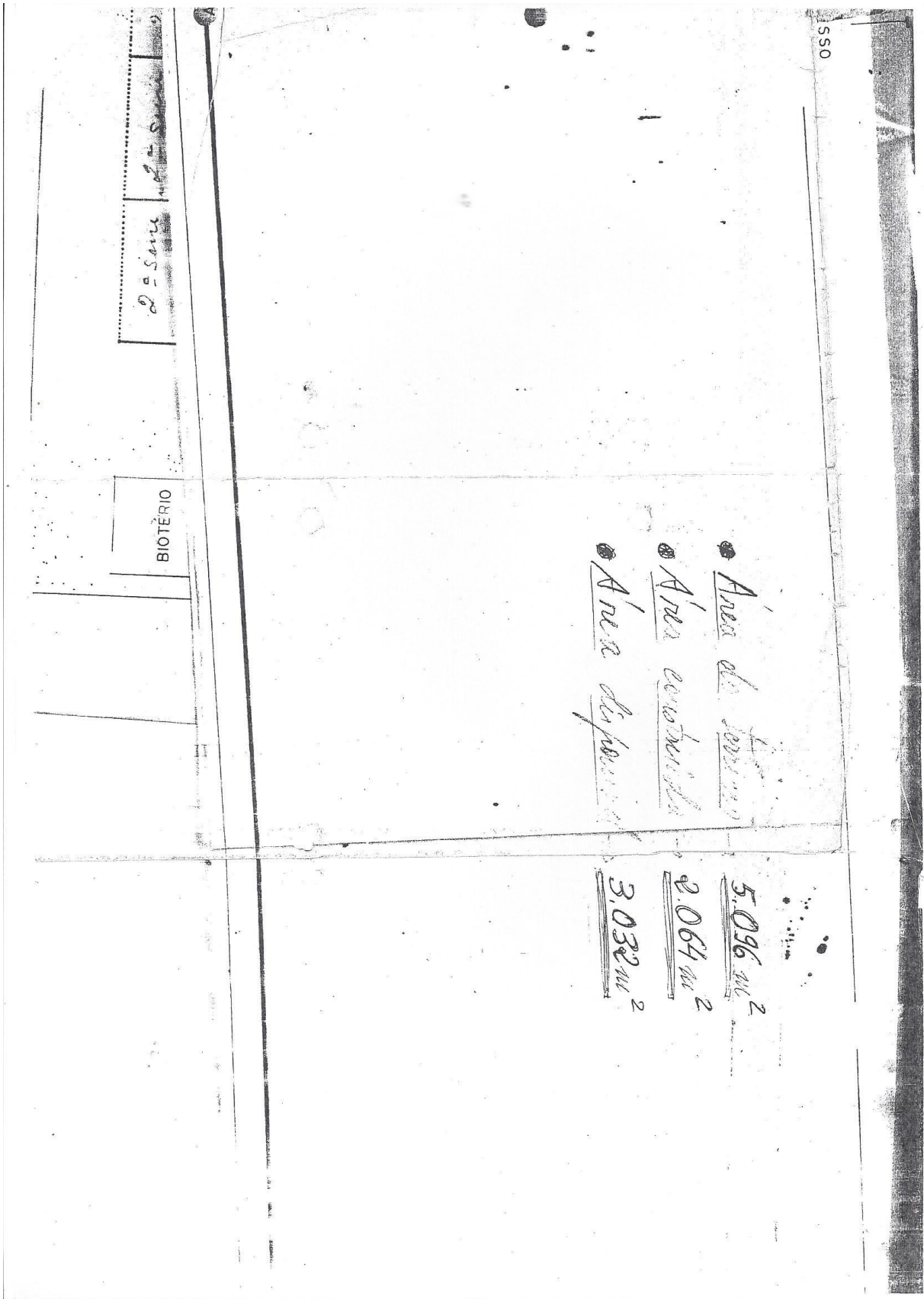
Parágrafo Único - Caberá à Secretaria da Educação fixar os critérios de implantação da Escola criada por este Decreto.

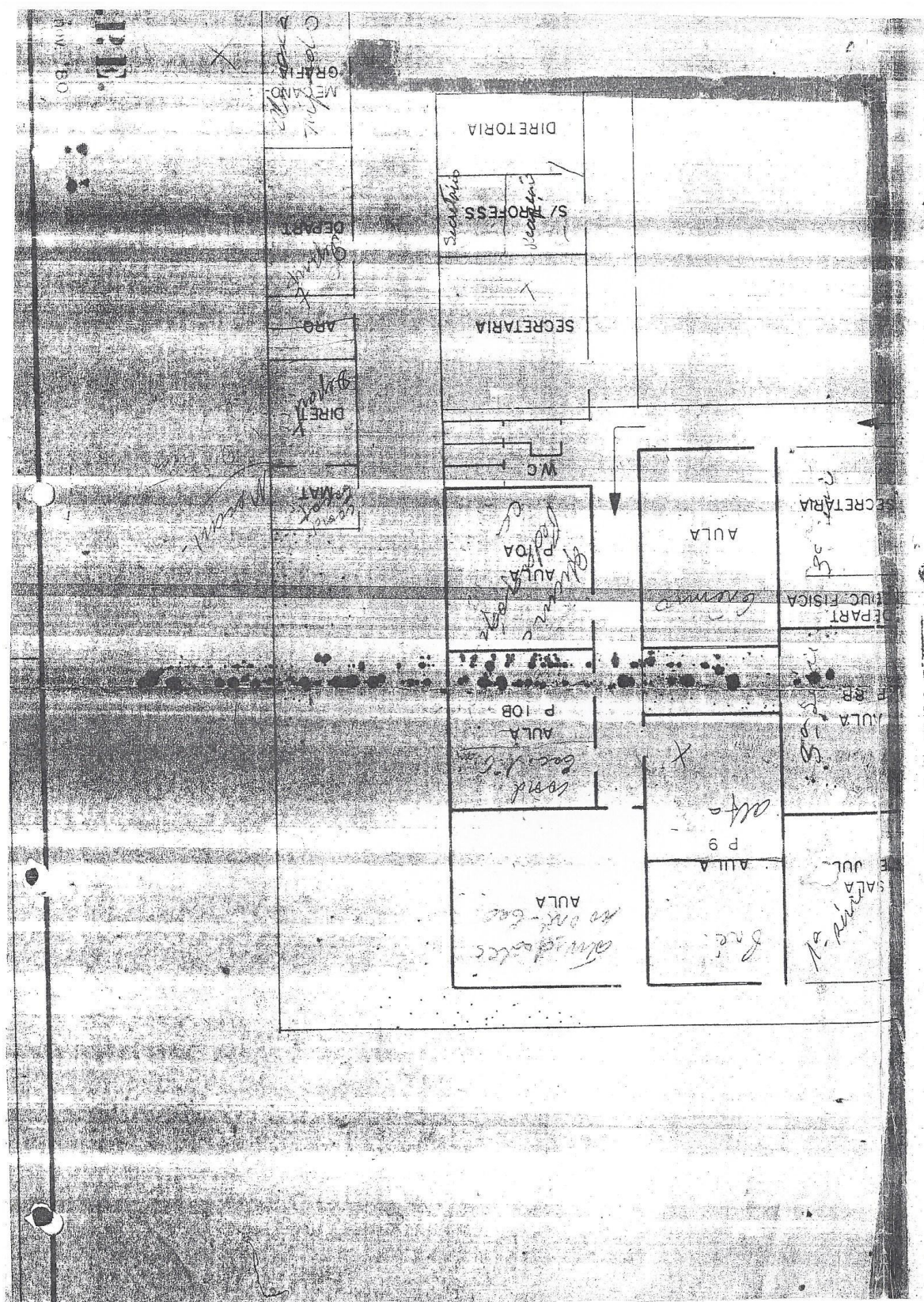
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

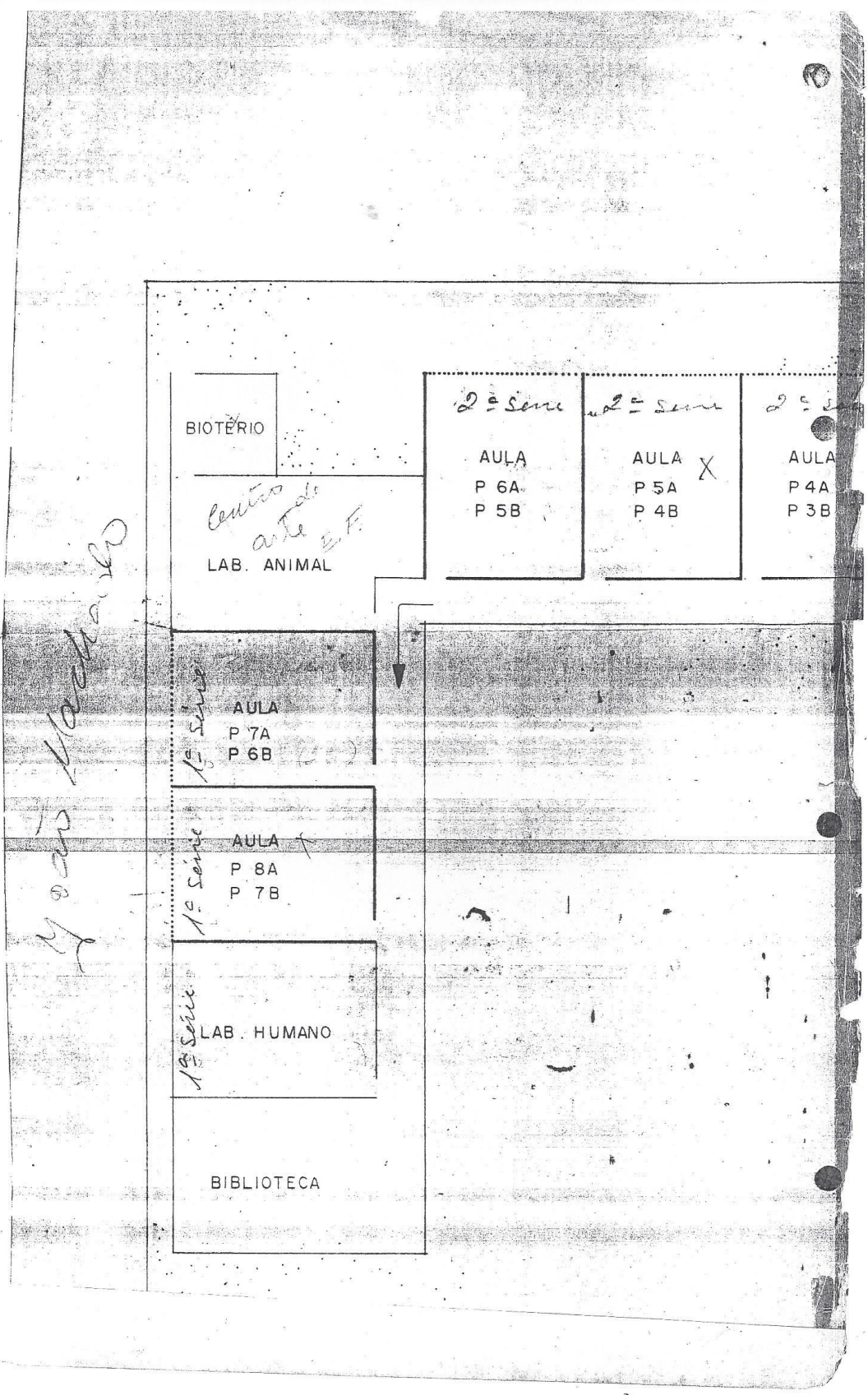
PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 04 de março de 1986; 98ª da Proclamação da República.

JOSE CARLOS DA SILVA JUNIOR
GOVERNADOR EM EXERCÍCIO

JOSE LOUREIRO LOPES
Secretário da Educação







ANEXO C - Requerimento para o reconhecimento do Curso de Magistério da Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira.



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO

AO PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

MARIA DO SOCORRO ROCHA VALLADÃO

NOME DO REQUERENTE

DIRETORA

FUNÇÃO

REQUER AO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

O QUE SEGUIR: O reconhecimento do Curso de magistério da Escola Normal Estadual "Ministro Pereira Lira", futura Escola Estadual do Magistério Profª Maria do Carmo de Miranda, que está funcionando desde sua criação em 04/03/1986, através do Decreto Nº 11.261 publicado no Diário Oficial de 07/03/1986 até a presente data sem ser reconhecida pelo Conselho Estadual de Educação. Ficando assim, impossibilitada de expedir diplomas, contribuindo desta forma para que aconteça evasão, uma vez que a grande preocupação do alunado está relacionado ao fato de ao concluírem o curso não poderem receber Diploma exigido para o exercício de suas funções.

Fazemos um apelo a este conceituado Conselho no sentido de agilizar o nosso pleito.

Atenciosamente,

Maria do Socorro Rocha Valladão
M.^a do Socorro Rocha Valladão
ADM. ESCOLAR
REG. N.º 0362

JOÃO PESSOA

PARAÍBA

LOCAL E DATA

02 / 12 / 92

Maria do Socorro Rocha Valladão
M.^a do Socorro Rocha Valladão
ADM. ESCOLAR
REG. N.º 0362



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFª MARIA DO CARMO MIRANDA	
ASSUNTO: SOLICITA RECONHECIMENTO	
RELATOR: JOÃO BATISTA CORREIA LINS FILHO	
PARECER Nº 02/93	CÂMARA OU COMISSÃO Câmara de 2ª e 3ª Graus
APROVADO EM 21/01/1993	PROCESSO Nº 279/92

O presente processo trata de pedido de reconhecimento de Escola, sita à rua Coronel João Luiz Ribeiro de Moraes, Jaguaribe, nesta capital, criada pelo Decreto nº 11.261, de 04 de março de 1986, sob a denominação de Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira que, através do Decreto nº 14.990, de 10 de dezembro de 1992, passou a ser chamada de Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo Miranda.

A autorização para funcionamento do referido estabelecimento de ensino se deu nos termos da Resolução nº 93/91, art. 35, parágrafo único. Antes disso, havia sido solicitada a autorização, a Câmara de 2ª e 3ª graus opinou desfavoravelmente ao pleito, considerando as precárias condições físicas do prédio. A matéria foi levada ao conhecimento do Senhor Secretário da Educação e Cultura que determinou as providências cabíveis.

Estão em funcionamento turmas de Educação Pré-Escolar, inclusive com classes de Alfabetização de 1ª a 4ª série do 1º grau e das três (03) séries da habilitação a nível de 2º grau para as séries iniciais do ensino fundamental.

O processo se acha devidamente instruído, demonstrando que a Escola dispõe das condições indispensáveis para a concessão de seu reconhecimento, o qual deve possibilitar a convalidação dos estudos até então oferecidos em conformidade com a legislação em vigor, para que alunos já concluintes possam também receber seus respectivos Diplomas.

D/NFS

19

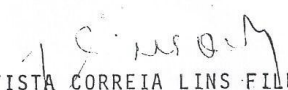
SEC/CEE

PARECER Nº 02/93

PROC. Nº 279/92

Ante o exposto, opino pelo reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo Miranda, ora oferecendo Educação Prê-Escolar, 1º grau (1ª a 4ª série) e habilitação para Magistério nas séries iniciais do 1º grau, por um prazo de seis (06) anos.

João Pessoa, 21 de janeiro de 1993


JOÃO BATISTA CORREIA LINS FILHO
Relator

D/NFS

ANEXO D - Parecer nº 87/92 de Solicitação de Mudança de nome de Ministro
Pereira Lira para Maria do Carmo de Miranda.

SEC/CEE

PARECER Nº

87/92

PROC. Nº

2707/92

Certidão

Certifico que o presente Parecer foi aprovado em Sessão da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, em 23 de julho de 1992.

Margarida Miranda Cordula
MARGARIDA MIRANDA CORDULA
Secretária de Câmara

DECISAO DO PLENARIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, em Sessão Plenária realizada nesta data, aprovou à unanimidade o presente Parecer.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação, em 23 de julho de 1992

Nilza Barros de Vasconcelos
NILZA BARROS DE VASCONCELOS
Secretária Executiva CEE/PB

ANEXO E - Aprovação do Parecer nº 87/92 que autoriza a mudança de nome de
Ministro Pereira Lira para Maria do Carmo de Miranda.

SEC/CEE

PARECER Nº

87/92

PROC. Nº

2707/92

Certidão

Certifico que o presente Parecer foi aprovado em Sessão da Câmara de Planejamento, Legislação e Normas, em 23 de julho de 1992.

Margarida Miranda Cordula
MARGARIDA MIRANDA CORDULA
Secretária de Câmara

DECISAO DO PLENARIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, em Sessão Plenária realizada nesta data, aprovou à unanimidade o presente Parecer.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação, em 23 de julho de 1992

Nilza Barros de Vasconcelos
NILZA BARROS DE VASCONCELOS
Secretária Executiva CEE/PB

ANEXO F - Parecer nº 02/93 de colicitação de reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.



**ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO**

INTERESSADO: ESCOLA NORMAL ESTADUAL PROFª MARIA DO CARMO MIRANDA	
ASSUNTO: SOLICITA RECONHECIMENTO	
RELATOR: JOÃO BATISTA CORREIA LINS FILHO	
PARECER Nº 02/93	CÂMARA OU COMISSÃO Câmara de 2º e 3º Graus
APROVADO EM 21/01/1993	PROCESSO Nº 279/92

O presente processo trata de pedido de reconhecimento de Escola, sita à rua Coronel João Luiz Ribeiro de Moraes, Jaguaribe, nesta capital, criada pelo Decreto nº 11.261, de 04 de março de 1986, sob a denominação de Escola Normal Estadual Ministro Pereira Lira que, através do Decreto nº 14.990, de 10 de dezembro de 1992, passou a ser chamada de Escola Normal Estadual Professora Maria do Carmo Miranda.

A autorização para funcionamento do referido estabelecimento de ensino se deu nos termos da Resolução nº 93/91, art. 35, parágrafo único. Antes disso, havia sido solicitada a autorização, a Câmara de 2º e 3º graus opinou desfavoravelmente ao pleito, considerando as precárias condições físicas do prédio. A matéria foi levada ao conhecimento do Senhor Secretário da Educação e Cultura que determinou as providências cabíveis.

Estão em funcionamento turmas de Educação Pré-Escolar, inclusive com classes de Alfabetização de 1ª a 4ª série do 1º grau e das três (03) séries da habilitação a nível de 2º grau para as séries iniciais do ensino fundamental.

O processo se acha devidamente instruído, demonstrando que a Escola dispõe das condições indispensáveis para a concessão de seu reconhecimento, o qual deve possibilitar a convalidação dos estudos até então oferecidos em conformidade com a legislação em vigor, para que alunos já concluintes possam também receber seus respectivos Diplomas.

D/NFS

19

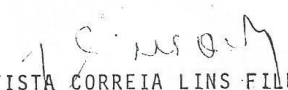
SEC/CEE

PARECER Nº 02/93

PROC. Nº 279/92

Ante o exposto, opino pelo reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo Miranda, ora oferecendo Educação Prê-Escolar, 1º grau (1ª a 4ª série) e habilitação para Magistério nas séries iniciais do 1º grau, por um prazo de seis (06) anos.

João Pessoa, 21 de janeiro de 1993


JOÃO BATISTA CORREIA LINS FILHO
Relator

D/NFS

ANEXO G - Aprovação do Parecer nº 02/93 que reconhece a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.

SEC/CEE

PARECER Nº 02/93

PROC. Nº 279/92

C E R T I D ã O

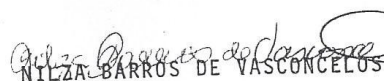
Certifico que o presente Parecer foi aprovado em Sessão da Câmara de 2º e 3º Graus, em 21 de janeiro de 1993.


IVONETE GOMES DE MELO
Secretária de Câmara

DECISÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA PARAÍBA, em Sessão Plenária realizada nesta data, aprovou à unanimidade o presente Parecer.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação, em 21 de janeiro de 1993.


NILZA BARROS DE VASCONCELOS
Secretária Executiva CEE/PB

D/NFS

ANEXO H - Resolução nº 02/93 de reconhecimento da Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo de Miranda.



ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

RESOLUÇÃO Nº 02/93

EMENTA: Reconhece a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo Miranda, sediada nesta Capital, e dá outras providências.

O Conselho Estadual de Educação da Paraíba, no uso de suas atribuições e com fundamento no Parecer nº 02/93, exarado no Processo nº 279/92, oriundo da Câmara de 2ª e 3ª Graus, aprovado em Sessão Plenária realizada nesta data,

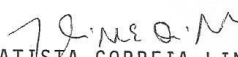
R E S O L V E:

Art. 1º - Reconhecer, por um período de 06 (seis) anos, a Escola Normal Estadual Profª Maria do Carmo Miranda, sediada nesta Capital, oferecendo Educação Pré-Escolar, 1ª Grau (1ª à 4ª série) e Habilitação para o Magistério nas séries iniciais de 1º Grau.

Art. 2º - Convalidar os estudos anteriormente realizados, desde que cumpridas as exigências legais.

Art. 3º - A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões do Conselho Estadual de Educação, em 21 de janeiro de 1993.


JOÃO BATISTA CORREIA LINS FILHO
Presidente - Relator


GENIVAL SARAIVA DE FRANÇA
Vice-Presidente

D/NFS